

PARA MODERNIZAR O PAÍS

UM BRASIL

ANÁLISES E SOLUÇÕES
PARA MODERNIZAR O PAÍS

AMBIENTE DE NEGÓCIOS
SIMPLIFICAÇÃO | DESBUROCRATIZAÇÃO
ABERTURA COMERCIAL

REPORTAGENS | ENTREVISTAS
ARTIGOS | DEBATES | CHARGES

WWW.UMBRASIL.COM

#8

SOBRE UM BRASIL

A plataforma UM BRASIL é uma iniciativa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), que há mais de 80 anos representa o empresariado e defende um ambiente de negócios mais simples e justo.

Por meio dessa plataforma, a Entidade apresenta discussões relativas aos entraves socioeconômicos brasileiros e ocupa, também, o campo das ideias, ao propor alternativas aos rumos do País. Para isso, desde 2014 ouve especialistas de diferentes esferas do conhecimento dispostos a analisar e contribuir para as transformações do Brasil.

UM BRASIL transpassa temas caros à sociedade, tais como a qualidade da gestão pública, o combate à corrupção, a premência de modernização do Judiciário, efeitos da desigualdade social, entre outros assuntos.

Com isso, abre frentes de participação da FecomercioSP em diferentes fóruns de discussão dentro e fora do território nacional, além de firmar parcerias com instituições dos setores público e privado, terceiro setor e representantes da sociedade civil.

Esta edição joga luz a temas como produtividade, empreendedorismo, reformas estruturais e tamanho do Estado. A base para tais análises parte do ranking Doing Business, do Banco Mundial, que classifica a facilidade de fazer negócios em 190 economias e retrata as deficiências na organização estrutural e tributária brasileira, além de reforçar a necessidade de uma amplo conjunto de reformas.

Para saber mais, acesse www.umbrasil.com.

    @canalumbrasil

UM BRASIL

ANÁLISES E SOLUÇÕES
PARA MODERNIZAR O PAÍS

AMBIENTE DE NEGÓCIOS
SIMPLIFICAÇÃO | DESBUROCRATIZAÇÃO
ABERTURA COMERCIAL

REPORTAGENS | ENTREVISTAS
ARTIGOS | DEBATES | CHARGES

WWW.UMBRASIL.COM



#8

É PRECISO SOLTAR AS AMARRAS

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços
e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP),
entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

As contradições que acompanham o Brasil por décadas expõem a fragilidade do País frente a muitas economias que, mesmo com potencial de desenvolvimento inferior, alcançam melhores resultados em termos de produtividade e geração de negócios.

Duas delas, e seguramente as mais restritivas – a burocracia excessiva e o alto custo tributário –, se chocam com a natureza do empreendedorismo que é produzir, gerar empregos e, por consequência, melhorar o bem-estar da sociedade. Tal incoerência faz com que o empresário brasileiro, antes de se posicionar como um competidor, tenha de despender tempo e dinheiro para cumprir obrigações e pagar impostos injustos – o que limita suas chances de sobrevivência no mercado globalizado.

É preciso lembrar, no entanto, as conquistas, ainda que esparsas, obtidas ao longo dos anos para dar mais autonomia e abertura ao ambiente de negócios, como a redução da presença do Estado em atividades do setor produtivo, o tratamento diferenciado às micros e às pequenas empresas e a Reforma Trabalhista, por exemplo.

Segundo o relatório Doing Business 2020, elaborado pelo Banco Mundial com base em dados de 190 economias em todo o mundo, o Brasil caiu da 109ª posição para 124ª no desempenho em relação à facilidade de fazer negócios (embora a pontuação geral tenha subido de 58,6 para 59,1). Para efeito de comparação, estamos atrás de todos os Brics.

Tal cenário nos evidencia que é preciso acelerar a implantação de medidas que simplifiquem o ato de empreender no País. Nesse sentido, a FecomercioSP, por meio de seus órgãos de trabalho, vem expondo ao Poder Público as dificuldades encontradas pela classe empresarial – seja pelo diálogo ou pela entrega e articulação de propostas às três esferas governamentais. Temos proposto al-

UM BRASIL #8

ternativas viáveis para modernizar o sistema tributário, dar mais agilidade à obtenção de documentos oficiais, flexibilizar a recuperação de empresas que passaram por processo de falência, garantir financiamento com menores custos, entre outros quesitos.

Em suma, possibilidades para melhorar a condição do Brasil como um local seguro para se investir. Afinal, tendo boas condições para trabalhar, a iniciativa privada pode ajudar o País a reduzir o alto índice de desemprego ainda existente. As reivindicações formuladas pela Federação têm a contribuição de grupos formados por empresas de todos os portes e segmentos.

O objetivo dos pleitos é o de corrigir distorções no ordenamento jurídico do Brasil a fim de tornar o ambiente de negócios mais competitivo e simplificado, sem novos impostos. Atuamos para superar os obstáculos que afetam as relações comerciais, assim como defender e valorizar as empresas que lutam para estar em

dia com as cobranças impostas pelo Estado. Acreditamos que o empresário deve ser visto como gerador de crescimento econômico, e não como um aventureiro que se arrisca em um cenário incerto.

Diante disso, a oitava edição da publicação anual da plataforma UM BRASIL, iniciativa da FecomercioSP, analisa as soluções ao vácuo existente no ambiente de negócios brasileiro, condição essencial para alcançarmos índices de desenvolvimento condizentes com a vocação do País. Nas páginas a seguir, estão reunidas as impressões de empresários, economistas e gestores públicos sobre os ajustes necessários para trilharmos um caminho seguro rumo ao reaquecimento da atividade econômica. Abertura comercial, simplificação tributária, investimento em inovação e modernização das leis trabalhistas são alguns dos aspectos tratados que podem contribuir para soltar as amarras do empreendedorismo no Brasil.

BRASIL

10

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Obstáculos que travam a produtividade do País

22

PEDRO MALAN

analisa a política monetária das últimas décadas

34

SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

Os embaraços na engrenagem brasileira de impostos

44

EDMAR BACHA

fala sobre a “mãe das reformas”

54

ARTIGO

Por Erick Tjong e Rita Ramalho, do Banco Mundial

58

RUBENS RICUPERO

A visão de quem assistiu e participou das transformações do País

68

REFLEXOS DA BUROCRACIA

O tamanho da máquina estatal

70

BERNARDO PIQUET

“Entramos em uma via de mão única: do desenvolvimento, da inclusão e da educação financeira.”

78

ARTIGO

Por Eduardo Pastore, advogado e consultor da FecomercioSP

82

GUILHERME LEAL

“Neste país, ser empreendedor é quase heroico.”

90

ABERTURA COMERCIAL

Perspectivas de uma nova fase no comércio exterior

102

ANDRÉ CLARK

“A Indústria 4.0 será o WhatsApp do mundo consumidor. Ninguém vai conseguir viver sem.”

112

VEJA MAIS

Outras entrevistas do canal UM BRASIL

116

NOTA DOS EDITORES

DEVER DE CASA PENDENTE

O BRASIL TEM UMA LONGA TAREFA A CUMPRIR PARA MELHORAR SEU AMBIENTE DE NEGÓCIOS. ESTÁ NO 124º LUGAR ENTRE 190 NAÇÕES MONITORADAS PELO DOING BUSINESS 2020, RANKING DO BANCO MUNDIAL QUE MEDE AS CONDIÇÕES PARA SE FAZER NEGÓCIOS – CAIU 15 POSIÇÕES EM RELAÇÃO AO LEVANTAMENTO DO ANO ANTERIOR. SEGUNDO ESPECIALISTAS, SE QUISER SAIR DA LISTA DOS PIORES DO MUNDO PARA AS EMPRESAS, O PAÍS PRECISA INTENSIFICAR MEDIDAS QUE PROPORCIONEM MAIS LIBERDADE ECONÔMICA, ABERTURA COMERCIAL E REDUÇÃO DO PESO DO ESTADO NA ECONOMIA.

TEXTO **MARCUS LOPES**
FOTOS **CHRISTIAN PARENTE**
EDIÇÃO **LEDA ROSA E LUCAS MOTA**

Lançado em 2002, o Doing Business (DB) examina o desempenho de cada um dos países analisados em relação a abertura de empresas; obtenção de alvarás de construção, de crédito e de eletricidade; registro de propriedade; proteção de investidores minoritários; pagamento de impostos; comércio internacional; execução de contratos; e resolução de insolvências.

De acordo com a metodologia aplicada pelo Banco Mundial, os ambientes mais favoráveis às empresas estão associados a níveis mais reduzidos de pobreza e maior estímulo ao empreendedorismo, novas empresas, inovação, acesso ao crédito e investimento. Para isso, são analisadas algumas das principais cidades de cada uma das nações avaliadas. O relatório mais recente é o DB 2020, divulgado em outubro de 2019. Trata-se da 17ª versão em uma série anual que observa regulamentos que favorecem ou restringem a atividade empresarial.

O EXCESSO DE BUROCRACIA FAZ COM QUE AS EMPRESAS DESVIEM ENERGIA E RECURSOS PARA ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS, REDUZINDO PRODUTIVIDADE E AUMENTADO CUSTOS.

ANTONIO LANZANA, economista e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP

As dez economias com a nota mais elevada no DB 2020 são Nova Zelândia, Singapura, Hong Kong (China), Dinamarca, Coreia do Sul, Estados Unidos, Geórgia, Reino Unido, Noruega e Suécia. Timor Leste, Chade, Congo, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Líbia, Iêmen, Venezuela, Eritreia e Somália são as dez piores. Quando comparadas regiões do globo, as que mais aceleraram suas reformas positivas foram a Europa e Ásia Central. A América Latina continua atrás em relação a outras áreas, com o México na melhor posição (60º).

“A remoção de obstáculos enfrentados pelos empresários gera melhores empregos, mais receitas fiscais e rendimentos mais elevados, sendo todos eles necessários para reduzir a pobreza e elevar os padrões”, disse o presidente do Banco Mundial, David Malpass, em comunicado distribuído à imprensa, referindo-se à importância do DB para os países. “Os governos podem promover o desenvolvimento orientado para o mercado e o crescimento inclusivo, criando regras que ajudem as empresas a iniciarem sua atividade, contratar e expandir operações”, completou Malpass.

No caso do Brasil, as cidades analisadas são Rio de Janeiro e São Paulo. No DB 2020, o Brasil ficou atrás de países como Colômbia (67º), Costa Rica (74º), El Salvador (91º) e Uruguai (101º). Somos também o pior colocado entre os Brics – grupo de países emergentes que inclui Rússia, Índia, China e África do Sul.

Na série histórica do DB, nos últimos dez anos, a melhor posição alcançada pelo Brasil no ranking geral foi no ano passado (DB 2019), quando ficou em 109º lugar. A pior posição foi no DB 2013 – 130º lugar.

A pontuação geral brasileira no DB 2020 subiu apenas meio ponto – de 58,6 para 59,1 – quando comparado ao relatório de 2019, demonstrando claramente o “dever de casa” pendente em relação à melhoria das condições para os empreendedores. Entre os indicadores mais prejudiciais, está a obtenção de alvarás de construção, no qual o País ocupa a 170ª posição. O novo resultado do DB – queda de posição no ranking geral, apesar de melhora ligeira na nota – também revela que outros países estão fazendo reformas mais amplas e mais rapidamente do que o Brasil nos tópicos estudados pelo relatório.



Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, sugere Parcerias Público-Privadas (PPPs) para atrair investimentos, principalmente de longo prazo

volver, mais oportunidades surgirão e melhor será o entorno para quem empreende.

“Quando falamos em ambiente de negócios, estamos falando das condições oferecidas por um país, receptivas ou hostis, ao desenvolvimento da atividade empresarial”, explica o economista e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP, Antonio Lanzana.

Segundo ele, que também é professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral, o desenvolvimento está intimamente relacionado às normas e às regras adotadas em cada sociedade. “O excesso de burocracia, por exemplo, faz com que as empresas desviem energia e recursos para atender às exigências, reduzindo produtividade e aumentando custos”, explica, ao lembrar que corporações multinacionais avaliam o ambiente local de negócios antes de tomar a decisão de investir ou não em determinada localidade.

AVANÇOS

De acordo com a mais recente versão do relatório do Banco Mundial, o Brasil empreendeu algumas reformas que ajudaram a melhorar sua nota em relação aos anos anteriores. Uma foi a facilitação de abertura de empresas, com o lançamento do sistema online criado pelo governo federal e que simplifica a abertura e o registro de novas companhias. Com o novo sistema, o RedeSim, que já atinge metade dos municípios brasileiros, o tempo necessário para a abertura de um negócio caiu de 80 para 20 dias, em média. Em São Paulo, uma das cidades analisadas pelo DB, graças a um projeto da prefei-

De todos os parâmetros, o pior desempenho nacional foi no item Pagamento de Impostos. Nesse quesito, o Brasil está em último lugar [184º, o pior do ranking, porque outras seis economias não mediram esse quesito] entre as 190 economias analisadas [leia mais na reportagem “O Monstro que criamos”, na pág. 34]. “Só vamos melhorar de posição após a aprovação da Reforma Tributária”, afirma o economista e consultor da FecomercioSP André Sacconato.

Ele lembra que o grande problema enfrentado pelas corporações é a complexidade tributária nacional, a velha conhecida burocracia. “Ao longo dos anos, surgiram muitas regras tributárias, regras dentro das regras e exceções que resultaram em um monstro burocrático cheio de penduricalhos”, observa Sacconato, para quem o Brasil tem uma multiplicidade tributária sem igual no mundo: “Somos uma jabuticaba nessa questão”.

E justamente o tamanho da burocracia, a produtividade, o sistema tributário, a definição do papel do Estado na economia e as regras para obtenção de crédito que formam o chamado “ambiente de negócios”. Quanto maior a dificuldade do setor privado em lidar com esses tópicos no território onde está instalado, pior será a atmosfera local para negócios e, por consequência, menos competitivo será o País em relação ao resto do mundo. Na outra ponta, quanto menos entraves e mais seguranças jurídica e macroeconômica para o setor privado se desen-

DE ACORDO COM A METODOLOGIA APLICADA PELO BANCO MUNDIAL, OS AMBIENTES MAIS FAVORÁVEIS ÀS EMPRESAS ESTÃO ASSOCIADOS A NÍVEIS MAIS REDUZIDOS DE POBREZA E MAIOR ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO

tura, o Empreenda Fácil, a criação de uma corporação de baixo risco caiu de 100 dias, em média, para apenas 5.

Outra mudança importante foi a simplificação das exigências documentais no comércio internacional, ajudando a reduzir pela metade o período gasto para importação. A facilitação alcançou ainda a obtenção de crédito e de energia.

“Como é um índice sério e muito bem-feito, acaba sendo usado como mapa para o desenvolvimento de novas políticas públicas”, explica André Sacconato. Para as corporações, o DB é como um guia para novos investimentos. “Funciona como um GPS que as empresas utilizam para direcionar seus negócios ao redor do mundo. É claro que as decisões levam em conta outros fatores, como a saúde financeira

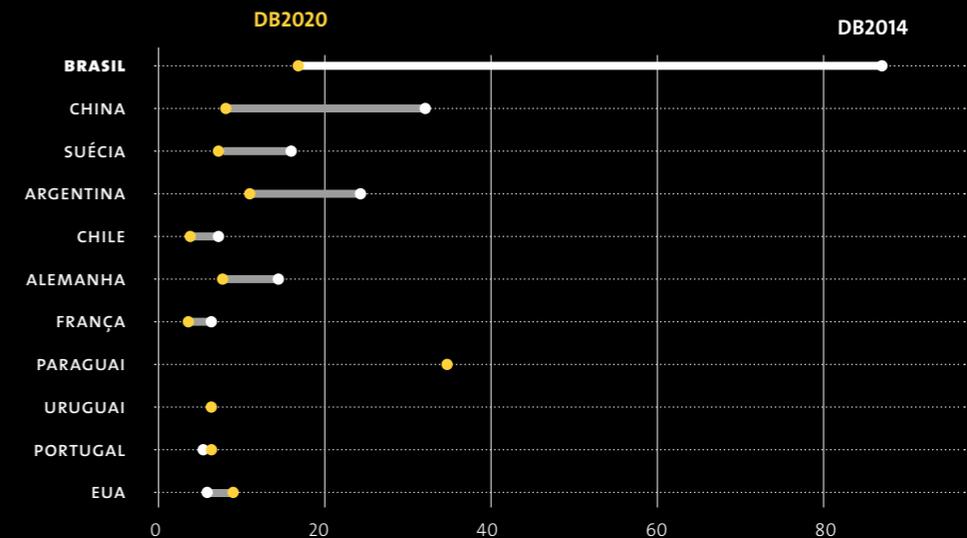
do país, mas o Doing Business é muito importante”, diz o consultor da Federação. O especialista destaca que uma das metas do governo federal é que o Brasil esteja entre os 50 primeiros no ranking geral do DB até 2022. “É possível, mas uma meta bastante ambiciosa”, afirma o economista, que, apesar do resultado negativo, tem prognóstico positivo sobre o tema. “Há uma mobilização muito grande do governo federal e do setor privado para melhorar o índice. Sou bastante otimista para os próximos anos.”

A vontade do governo federal de catapultar o Brasil para o seletor clube dos 50 primeiros colocados é confirmada pelo secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. “Estamos implementando um ambicioso conjunto de reformas, que será in-

INFOGRÁFICOS MARCELO SOARES

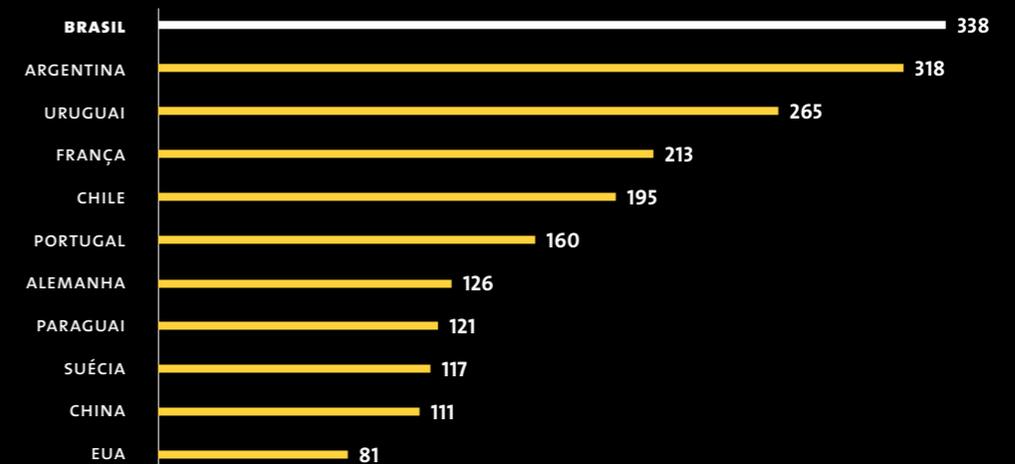
DIAS PARA ABRIR UMA EMPRESA

A informatização nos processos de abertura e registro de novas empresas contribuiu para reduzir o tempo gasto na implantação de um negócio, que caiu de 80 para 20 dias, em média. Na América Latina, a média é de 29,8 dias. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 9,2 dias.



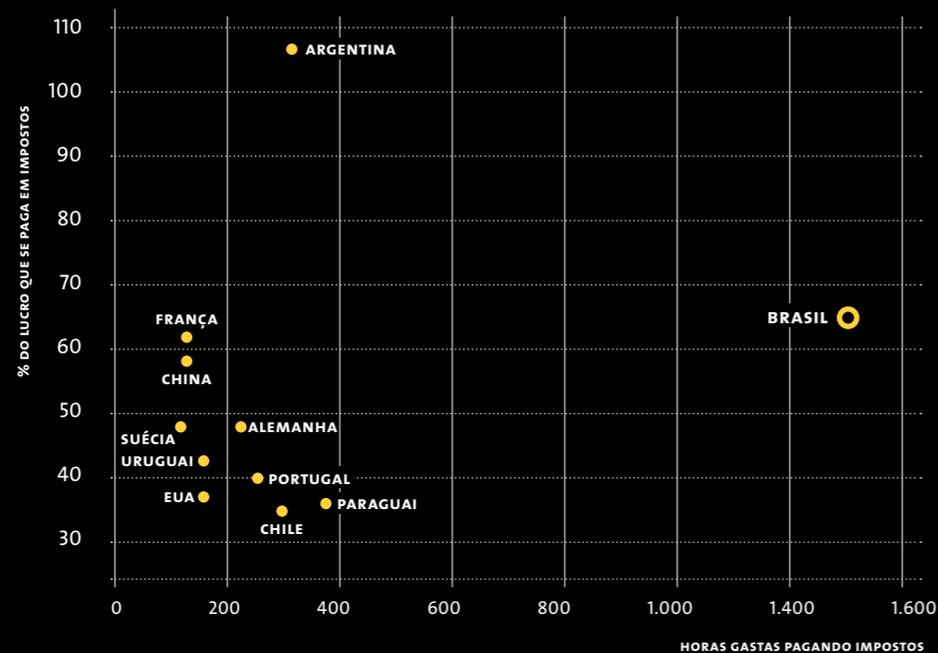
DEMORA NO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

É um dos indicadores mais prejudiciais ao desempenho do Brasil. O País ocupa a 170ª posição, com 338 dias, enquanto a média na América Latina é de 191,2 dias.



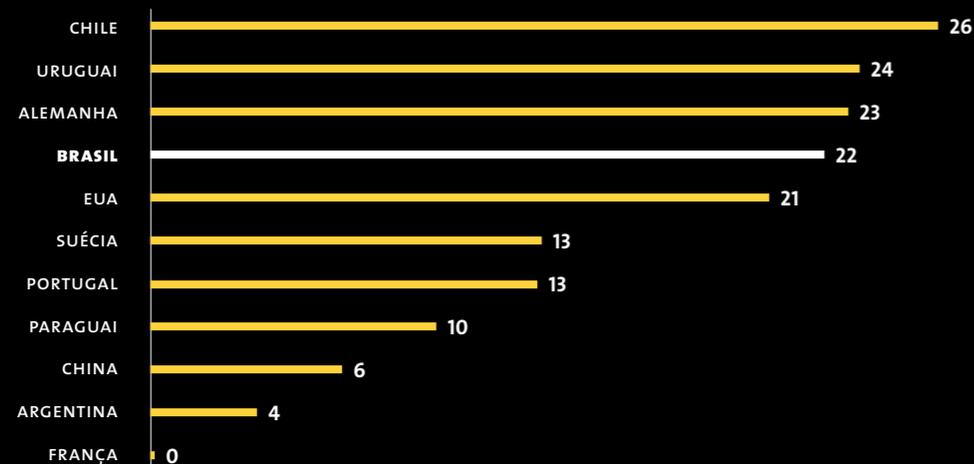
TEMPO PARA PAGAR IMPOSTOS

Uma empresa brasileira gasta, em média, 1.501 horas por ano para calcular e pagar todos os seus impostos. No Uruguai, o índice é de 163 horas por ano.



TRIBUTAÇÃO DO LUCRO DAS EMPRESAS (%)

O Brasil taxa o lucro das empresas menos que o Chile, tanto quanto os Estados Unidos e mais do que países europeus.



ESTAMOS IMPLEMENTANDO UM AMBICIOSO CONJUNTO DE REFORMAS, QUE SERÁ INTENSIFICADO. TEMOS CERTEZA QUE O [PRÓXIMO] ÍNDICE JÁ VAI CAPTAR O RESULTADO DESSE TRABALHO.

CARLOS DA COSTA,
secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

tensificado após a Reforma da Previdência. Temos certeza que, no ano que vem [2020 com análise de 2019], o índice já vai captar o resultado desse trabalho”, afirma Costa.

DESAFIOS

Analistas são unânimes: para atingir esse patamar favorável nos próximos relatórios do DB, o Brasil precisa avançar muito em questões importantes, como obtenção de alvarás de construção e, principalmente, no sistema de pagamento de impostos. Igualmente essenciais são medidas que proporcionem maior liberdade econômica para as empresas, promovam a abertura comercial e reduzam o peso do Estado na economia. “Para prosperar em mercados globais, é necessário ser competitivo. E para ser competitivo, é necessário eliminar barreiras comerciais”, diz o economista americano Randall Holcombe, para quem os governos devem exercer apenas alguns papéis fundamentais: proteção do Estado de Direito e da propriedade privada e incentivo ao empreendedorismo. “O papel do Estado é não se intrometer na economia”, re-

sume o professor da Universidade Estadual da Flórida.

De acordo com especialistas, o quadro descrito pelo DB reforça a importância de uma grande Reforma Tributária para melhorar a produtividade e a competitividade nacional do Brasil em relação a outras nações. “Não se pode negar que houve progressos importantes para melhorar o ambiente de negócios. Por outro lado, é inadmissível que sejam emitidas cerca de 800 normas tributárias por dia útil no País, entre instruções normativas, emendas constitucionais, decretos, portarias, atos declaratórios, etc.”, comenta Antonio Lanzana.

Segundo estudo do Banco Mundial divulgado em 2017, uma companhia brasileira gastava, em média, 1.501 horas por ano para calcular e pagar todos os seus impostos. No México, o índice cai para 240 horas por ano, e na Europa e nos Estados Unidos, para 200 horas, em média. “É necessário simplificar o sistema tributário para haver o crescimento e reduzir (ou mesmo eliminar) a burocracia para as empresas”, destaca Lanzana.

A tarefa exige empenho, já que são mais de 60 impostos e quase uma centena de obrigações acessórias – conjunto de documentos, registros e declarações utilizados para o cálculo de tributos. O levantamento é do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

As empresas também têm de seguir mais de 3,7 mil normas tributárias, entre regras e atualizações, segundo dados do IBPT. Diante de tudo isso, a estrutura necessária em tecnologia e recursos humanos para lidar com toda essa burocracia pode consumir até 1,5% do faturamento anual das corporações.

Para Lanzana, as medidas a serem adotadas para aprimorar o ambiente de negócios devem ter como foco o aumento do investimento e da produtividade. Nesse sentido, além da melhoria do sistema de arrecadação tributária, são necessárias ações para o combate à burocracia, tais como fixação de prazos – para a resposta de órgãos públicos – que sejam compatíveis com a elevação da eficiência exigida para ampliação dos investimentos. Segundo o copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP, mesmo com os bons resultados obtidos recentemente, é necessário avançar na simplificação dos processos de abertura e fechamento

das companhias. “É possível pensar, por exemplo, em um ‘guichê único’ que centralizaria todas as demandas necessárias para a constituição de uma empresa e tudo feito por via eletrônica”, explica.

A Reforma Tributária seria uma das principais medidas para o Brasil avançar no ranking do Banco Mundial, sugere André Sacconato. “Caso a reforma seja aprovada, certamente haveria um grande salto no ranking do Doing Business”, prevê o economista, destacando que um dos entraves não é o tamanho da carga tributária, mas a burocracia do processo de arrecadação de impostos. Ele cita, como exemplo, a cobrança do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Como é um imposto estadual, cada Estado tem uma regra diferente. Imagina para uma companhia ter de lidar com tudo isso. É um custo adicional.”

Opinião semelhante tem o economista e ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Para ele, o sistema tributário é uma das principais fontes de ineficiência da economia brasileira e, por consequência, da produtividade nacional. “Se aqui em São Paulo vendem uma camisa para a Paraíba, tem que saber o regime tributário da Paraíba. Isso é uma loucura”, analisa.

Outro desafio para o crescimento é a melhoria da infraestrutura no País, cujos problemas prejudicam a produtividade nacional e interferem no ambiente de negócios. “Essa infraestrutura precária afeta a produtividade porque acarreta desperdícios. Basta lembrarmos, na safra agrícola, o que se perdeu por problemas de transporte e armazenamento”, diz o ex-diretor executivo do Banco Mundial Otaviano Canuto, referindo-se às safras recorde de grãos obtidas nos últimos anos.

Para Canuto, é preciso estar atento ao que chama de “maldição de recursos naturais”, que, em vez de promover o desenvolvimento, pode acabar influenciando de forma negativa. Ele cita a euforia vivida no Brasil no período de descoberta e início da exploração do petróleo na camada pré-sal, no começo desta década. “A ilusão de que ficamos ricos da noite para o dia, sem precisar fazer nada, induziu uma deterioração na qualidade da governança nacional. Pagamos o preço, hoje em dia, por investimentos que foram

AO LONGO DOS ANOS, SURTIAM MUITAS REGRAS TRIBUTÁRIAS, REGRAS DENTRO DAS REGRAS E EXCEÇÕES QUE RESULTARAM EM UM MONSTRO BUROCRÁTICO CHEIO DE PENDURICALHOS

ANDRÉ SACCONATO,
economista e coordenador do
grupo de trabalho do Doing
Business na FecomercioSP



feitos e que não se justificam, má utilização dos recursos públicos, etc.”, adverte Canuto, ao dizer que a riqueza obtida com recursos naturais deve ser transformada em programas avançados de educação, melhoria de infraestrutura e controle da economia.

Essa questão da infraestrutura também é um dos pontos destacados pelo ex-ministro da Fazenda e atual secretário da Fazenda e Planejamento

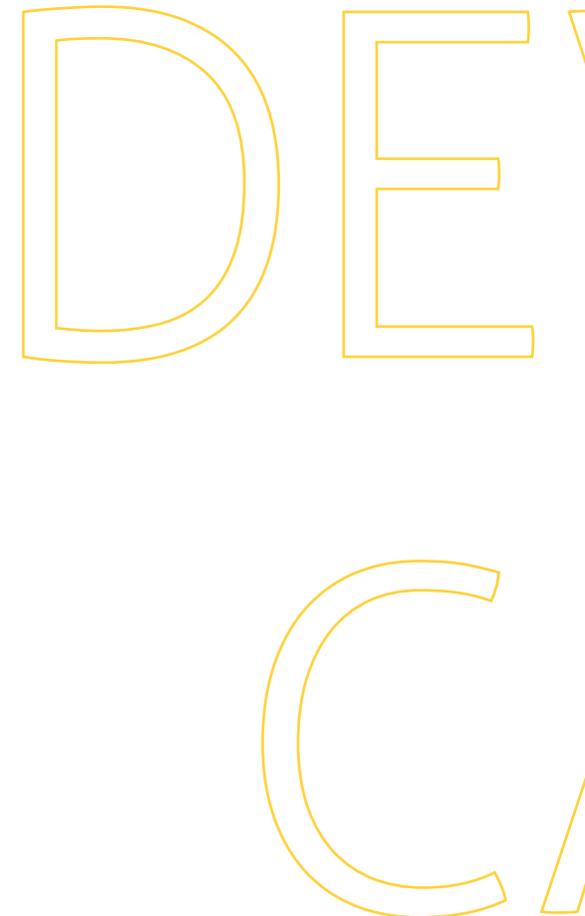
de São Paulo, Henrique Meirelles, para melhorar a produtividade. “Existe uma oportunidade muito grande de investimento e de interesse nesse setor [infraestrutura]. Outra coisa importante é quanto às regras do jogo: a segurança jurídica. Precisamos ter regras claras, com leis claras, que não deem margem à interpretação”, ressalta Meirelles, que ainda destaca a abertura comercial e as reformas da Previdência e a Tributária como ferramentas essenciais para incrementar a produtividade e o crescimento nacionais.

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, segue a mesma linha de raciocínio de Meirelles em relação à segurança jurídica para atrair investimentos, principalmente de longo prazo, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs). “Temos, hoje, um país com uma insegurança jurídica enorme. Você não sabe como o Judiciário vai arbitrar. Ou mesmo o sistema judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público... Como vão agir?”, pergunta Zeina. “São decisões que impactam a economia e os investimentos. Temos marcos regulatórios frágeis em alguns aspectos. Toda essa insegurança jurídica dificulta a retomada do investimento de longo prazo, de infraestrutura no Brasil”, completa.

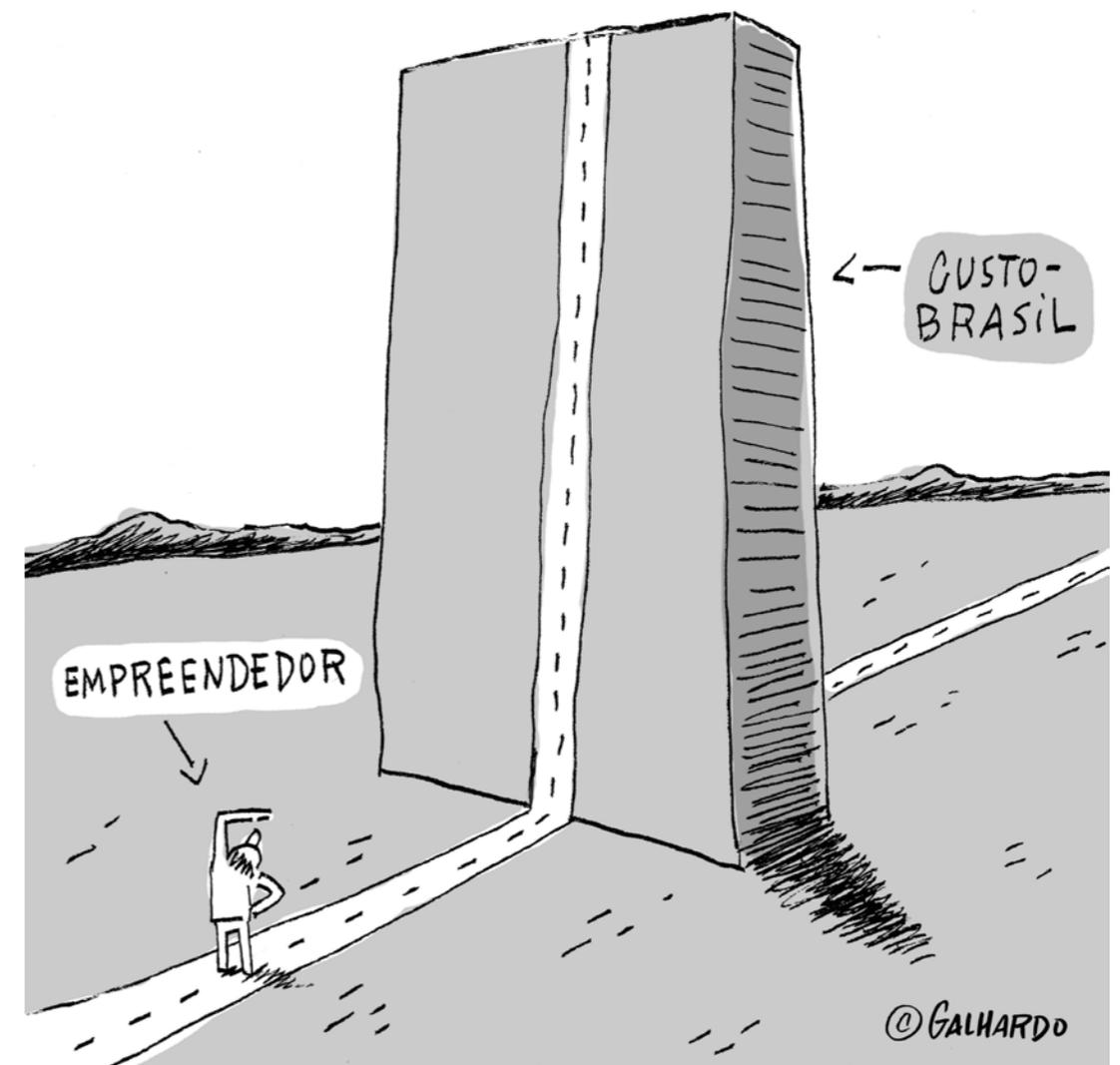
Em uma sociedade cada vez mais urbana, o economista José Scheinkman, destaca o lugar dos municípios nesse processo de desenvolvimento das nações. “As cidades têm papel muito importante. É difícil pensar no crescimento do Brasil se não forem resolvidos os problemas urbanos, que são muito sérios, diz Scheinkman, enumerando desafios das metrópoles que afetam, direta ou indiretamente, a economia, tais como violência, transporte precário, dificuldades de logística e poluição.



Acesse o código QR para
assistir às entrevistas
desta reportagem.



CACO GALHARDO
OUTUBRO 2019



ERROS E ACERTOS DO ESTADO BRASILEIRO

ENTREVISTA RENATO GALENO
FOTOS FABIANO BATTAGLIN



AN



Para assistir à entrevista na íntegra, acesse o código QR ou visite www.umbrasil.com.

PEDRO

FIGURA IMPORTANTE PARA A CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL, O EX-MINISTRO DA FAZENDA E EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL **PEDRO MALAN** CRITICA O DESCONTROLE NA VELOCIDADE DE EXPANSÃO DO GASTO PÚBLICO MUITO ACIMA DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA VISTO A PARTIR DE 2006. "O NOSSO CRESCIMENTO NÃO VINHA MAL, O MUNDO ESTAVA INDO MUITO BEM, O PERÍODO DE 2003 A 2008 FOI EXTRAORDINÁRIO PARA A ECONOMIA GLOBAL. ERA MELHOR CONSOLIDAR OS GANHOS, CONTINUAR A FAZER REFORMAS QUE PUDESSEM ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DO NOSSO CRESCIMENTO." MALAN FALA AINDA QUE OS RUMOS SOCIOECONÔMICOS ESTÃO LIGADOS AO ENTENDIMENTO DO PAÍS EM RELAÇÃO AOS DESAFIOS FISCAL E EDUCACIONAL.

ENTREVISTA CONCEDIDA EM DEZEMBRO DE 2018 DURANTE O III FÓRUM: A MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO, UMA REALIZAÇÃO UM BRASIL; FECOMERCIO-SP; COLUMBIA GLOBAL CENTERS | RIO DE JANEIRO; FUNDAÇÃO LEMANN; REVISTA VOTO E INSTITUTO DE ESTUDOS DE POLÍTICA ECONÔMICA – CASA DAS GARÇAS.

O SENHOR LANÇOU O LIVRO *UMA CERTA IDEIA DE BRASIL: ENTRE PASSADO E FUTURO*, NO QUAL DIVULGA SEUS ARTIGOS ESCRITOS ENTRE 2003 E 2018. O LIVRO FOI LANÇADO PARA NÃO PERMITIR QUE NOS ESQUEÇAMOS DOS ÚLTIMOS 15 ANOS E EVITEMOS OS ERROS COMETIDOS?

Sim. Publiquei em junho de 2003 o primeiro artigo, que começa dizendo algo assim: “O Brasil ao longo dos últimos 12 meses [de meados de 2002 até meados de 2003] estava mostrando a si próprio e ao resto do mundo que talvez estivesse se tornando um país mais maduro do ponto de vista político-institucional e mais racional quanto à condução da política macroeconômica”. E achei isso mesmo, contra dúvidas e incertezas que havia em 2002, por exemplo, que levaram o câmbio de R\$ 2,30 para R\$ 4 nos seis meses que antecederam a eleição [de outubro de 2002]. Comecei a escrever quando achei que as coisas estavam indo bem nesse sentido, que tínhamos tido uma alternância no poder, como é próprio e acontece em democracias, e uma política macroeconômica, a do primeiro governo Lula [do início de 2003 até o fim de março de 2006], que, na verdade, foi uma continuação da política macroeconômica do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso [1999-2002]. Um grupo pode perder a eleição, um grupo de oposição pode assumir, e não tentar inventar a roda ou fazer grandes rupturas.

CHEGOU A PENSAR, EM ALGUM MOMENTO, QUE PODERÍAMOS NOS TORNAR UM PAÍS MODERADO EM QUE A ALTERNÂNCIA DE PODER NÃO SIGNIFICARIA UMA GRANDE TRANSFORMAÇÃO COM CONSEQUÊNCIAS FUTURAS NEGATIVAS?

Exatamente. Foi isso o que me fez começar a escrever em junho de 2003. Mas a primeira inflexão que registrei foi em novembro de 2005, quando Palocci e Paulo Bernardo, que era ministro do Planejamento, com apoio de vários ex-ministros da Fazenda (Marcelo Marques Moreira, Mailson da Nóbrega, Delfim Netto e eu) estavam preocupados com o crescimento dos gastos do governo, que eram muito superiores à taxa de crescimento da economia [Produto Interno Bruto (PIB)]. Era uma proposta que fazia todo o sentido, como faz até hoje. Não era de cortar gastos, era de controlar a velocidade de expansão do gasto público muito acima do crescimento da economia,

ou seja, fazer com que sua participação no PIB diminuísse, [na verdade, este passou de 14% em 2002 para 20% em 2016]. Houve uma entrevista de uma página inteira no jornal *O Estado de S. Paulo*, em novembro de 2005, em que a então chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, considerou que a proposta era rudimentar, [ela disse] que “gasto era vida” e que ela não seria implementada. Ela [Dilma] jamais teria dado aquela entrevista com a visibilidade que teve se não tivesse tido o respaldo do então ocupante do cargo da presidência da República. Ali, comecei a achar que as coisas tinham mudado, e, após a virada de março para abril de 2006, quando, por outras razões não relacionadas à condução da política econômica, Palocci deixou o governo, e, com ele, saíram todos os de sua equipe. Quando mudou o time, notei que o jogo tinha mudado, que tinha uma inflexão, que à época chamei de “desenvolvimentista”, materializando-se com toda a força no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no início de 2007, já no segundo mandato do ex-presidente Lula [2007-2010].

EM QUAL MOMENTO ESSAS RELAÇÕES POLÍTICAS DESANDARAM?

Bem, entrou um outro grupo com outra ideia: a de acelerar o processo de crescimento da economia com base na atividade do Estado, do setor do governo federal, por meio do orçamento, das empresas públicas, dos bancos públicos, da concessão de subsídios e das desonerações fiscais. O crescimento não vinha mal, o mundo estava indo muito bem, o quinquênio 2003-2008 foi um período extraordinário para a economia global. As coisas estavam indo bem, não precisava dar uma turbinada adicional naquele contexto. Era melhor consolidar os ganhos, continuar a fazer reformas que pudessem assegurar mais produtividade e a sustentabilidade daquele crescimento no longo prazo. Começamos a fazer uma política fortemente expansionista, pró-cíclica, dois anos antes da crise internacional eclodir [em setembro de 2008]. Quando veio a crise, fizemos o que todos os governos, bancos centrais e tesouros do mundo fizeram. Quando se tem um colapso de confiança no setor privado, o setor público tem de entrar para compensar a retração do setor privado. Mas estávamos indo bem, tanto é que só tivemos



dois trimestres de queda do PIB: o último de 2008 e o primeiro de 2009. No segundo trimestre daquele ano, já estávamos voltando a crescer. Então, não era necessário ter uma política de aceleração do crescimento chamando-a de “anticíclica”, quando a política já era pró-cíclica há dois anos. Foi ela que nos levou a um superaquecimento da economia em 2010, crescendo 7,5% ao ano. Em larga medida, em 2010, apesar de a crise ter se instaurado em 2008, a China expandiu seu crédito em quase 100% como resposta à crise. Então, 100% de expansão no crédito da China significou uma enorme demanda adicional por commodities. Tanto em volume quanto no preço, o que beneficiou extraordinariamente o Brasil.

NÃO TERIA SIDO PRUDENTE APROVEITAR AQUELE BOM MOMENTO, NÃO SOMENTE DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS, MAS DAS INTERNAS TAMBÉM, PARA FAZER AS REFORMAS JÁ NECESSÁRIAS? NÃO É MELHOR FAZER UMA REFORMA NA BONANÇA DO QUE NA CRISE?

É evidente. O processo, por exemplo, de concessões do setor privado foi praticamente interrompido. Quando houve a descoberta do pré-sal, tínhamos, desde 1997, o regime de concessões que estava funcionando bem no Brasil. Decidiram transformar isso em um regime de partilha. Demoraram alguns anos para chegar a um entendimento. Foram cinco anos de perda de investimentos que poderiam ser feitos

sob o regime de concessão na busca de exploração de petróleo. Não teve leilão de nada. Nada, cinco anos de investimentos perdidos ali. E, quando saiu a regulação, surgiram aquelas coisas que foram modificadas depois a duras penas, como as obrigatoriedades de a Petrobras ser a única operadora de todos os campos do pré-sal, de participar com um aporte de capital de pelo menos 30% em cada um deles. Uma política de conteúdo nacional muito detalhada e talvez excessiva para a capacidade de resposta [*de custos e prazos*] da oferta doméstica naquele contexto. E tão grave quanto: o preço do petróleo estava alto no mercado internacional, era obrigatório importar, a demanda estava muito forte no Brasil – a gasolina e o diesel que seriam vendidos no mercado doméstico, a preços controlados pelo governo, com um enorme prejuízo para o caixa da estatal. A Petrobras perdeu quase R\$ 60 bilhões nos anos que foi obrigada pelo governo a não repassar preços de gasolina e diesel, ou seja, vendê-los subsidiados e arcando com os prejuízos. Assim como no fim de 2012, quero crer que, por razões de natureza político-eleitoral, a presidente anunciou que, no bojo de contratos de renovação e concessão de empresa de energia elétrica, só renovaria concessões que terminassem em 2015 ou 2017 se as empresas aceitassem diminuir em 20% as suas tarifas de energia [*a partir de 1º de janeiro de 2013*], o que criou um monumental desequilíbrio no setor,

porque as empresas públicas foram forçadas a fazer aquilo (e algumas privadas se recusaram). Comete-mos vários tipos de equívocos na natureza do intervencionismo na economia com o objetivo meritório de procurar mais crescimento, mas isso gerou uma porção de distorções que exigem novos intervencionismos para tentar lidar com as distorções anteriores. Um dia a conta chega e se expressa por meio de maior pressão inflacionária, menor eficiência da economia, redução dos investimentos, dúvidas do setores privados doméstico e internacional sobre quando e como investir em um incerto futuro.

O GRANDE PROBLEMA NÃO É A EXISTÊNCIA DO ESTADO, MAS SUA EFICIÊNCIA. COMO É POSSÍVEL EQUILIBRAR O PAPEL DO ESTADO?

Nem máximo nem mínimo. Mais eficiente, que é o que a sociedade deve cobrar. Porque, afinal de contas, o que interessa para a população é a quantidade e a qualidade dos serviços públicos prestados nas áreas de saúde, educação e segurança. É a contrapartida dos impostos que são pagos ao governo. A discussão deveria ser essa. Não me incluo entre aqueles que acham que o Estado deve ser mínimo. O Estado precisa fazer aquilo que lhe cabe fazer e fazê-lo pensando na possibilidade de cooperação com o setor privado, mas fundamentalmente pensando na eficiência com que opera. Não só no governo federal, mas, como nas empresas estatais, nos bancos

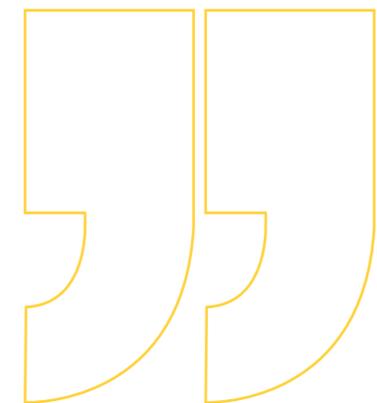
públicos, nos Estados e nos municípios, é preciso haver um critério de eficiência, de competição, de eficácia que, às vezes, falta quando a preocupação é fazer do Estado o verdadeiro e fundamental vetor do processo dos desenvolvimentos econômico e social. Entendo que tem uma corrente aqui no Brasil que acredita nisso, mas ela deveria levar em consideração que isso tem custos, que quando o projeto não dá certo, a sociedade tem que arcar com eles. Sob forma de inflação, de maiores impostos e maior endividamento público, de redução de gastos públicos – inclusive de investimentos –, porque há excessiva rigidez nas despesas obrigatórias ou sob distorções que vão afetando a produtividade da economia.

O SENHOR, EM DIVERSAS OPORTUNIDADES, CONSIDEROU QUE O DEBATE POLÍTICO, COMO ESTAVA SENDO TRATADO, NÃO RESPEITAVA A DELIBERAÇÃO PÚBLICA. ESSA FOI UMA DAS GRANDES FRUSTRAÇÕES QUE ACONTECERAM NO PERÍODO RECENTE?

Não diria frustração, porque isso faz parte da vida. O consenso em um País da complexidade do Brasil é uma coisa que será sempre ilusória. Mas acredito que as pessoas de boa-fé, preocupadas com o futuro do País, têm de procurar as convergências possíveis. E, às vezes, a busca pelas convergências explicita um pouco melhor a divergência. Mas para explicitar a divergência é preciso respeito às evidências. Um exemplo é a Reforma da Previdência. Até

O ESTADO PRECISA FAZER AQUILO QUE FAZÊ-LO PENSANDO NA POSSIBILIDADE COM O SETOR PRIVADO, MAS PENSANDO NA EFICIÊNCIA COM QUE

LHE CABE FAZER E DE COOPERAÇÃO FUNDAMENTALMENTE OPERA.





muito pouco tempo, havia pessoas que falavam que não existia déficit. Mas pessoas de boa-fé e respeito às evidências olharam com cuidado para aqueles dados e falaram: “Tem, sim, um déficit monumental que está crescendo algumas dezenas de bilhões por ano, e isso é um problema sério”. Os fatos não deixam de existir porque são ignorados. Tem muita gente no Brasil de boa-fé que acha que atividades nas áreas de infraestruturas física, humana e social são, por definição, responsabilidade fundamental do Estado. Temos experiências extraordinariamente bem-sucedidas, em que o Estado se meteu e fez bem. A Embraer está aí hoje porque tivemos aqueles visionários que disseram: “Nós temos de fazer a coisa mais importante que é formar gente competente na área de tecnologia aeronáutica”. Se você quer estar no mundo, tem que formar gente competente para interagir com o mundo. Mesma coisa da Embraer. Extraordinário sucesso, mas por quê? Mandaram dezenas de profissionais para fazer doutorado nas melhores escolas dos Estados Unidos na área de agricultu-

ra. Assim como a Petrobras. Um diretor que chegou lá [em 1953] era o americano Walter Link, que mandou dezenas de engenheiros da Petrobras estudarem na Colorado School of Mines. Houve uma época em que se tentou fazer aqui uma indústria de semicondutores, a partir do zero no Brasil, um negócio protecionista. Não funcionou. A Índia, por exemplo, resolveu formar gente boa. Eles têm lá os Indian Institutes of Technology, que se comparam ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde eles mantêm seus vínculos e formam milhares de pessoas nas áreas em que estão interessados, como ciências e tecnologia da informação. Tanto é que, hoje, um dos problemas de [Donald] Trump com a China é exatamente este: o país resolveu que vai ser uma potência nas áreas de inteligência artificial, robótica, biotecnologia, impressão em 3D e telecomunicações. Formou centenas e milhares de profissionais. E, hoje, eles [chineses] são cada vez mais competidores globais muito respeitáveis nessas áreas, para preocupação crescente dos norte-americanos.

O SENHOR ESCREVEU QUE: “O BRASIL ESTÁ CORRENDO O RISCO DE FICAR VELHO ANTES DE FICAR RICO”. O FIM DO BÔNUS DEMOGRÁFICO É UMA DAS PRINCIPAIS BOMBAS RELACIONADAS À PREVIDÊNCIA DO BRASIL A EXPLODIR, ALÉM DA PRESSÃO SOBRE OS GASTOS DO ESTADO?

Em 1950, a nossa população era de 52 milhões de pessoas, e, hoje, temos mais de 208 milhões. Então, ela multiplicou quatro vezes. A nossa população urbana era de 36% em 1950, isso corresponde a pouco mais de 19 milhões. Ela passou para 86% atualmente, dentro de uma população quatro vezes maior. Ou seja, aumentou de 19 milhões para 179 milhões de pessoas. O Brasil é o quinto país com maior população do mundo; o quarto com maior população urbana; o terceiro, disputando com os Estados Unidos, em relação ao número absoluto de população urbana desse período até agora. Crescemos 160 milhões [a deles também passou de 105 para 265 milhões]. Índia e China têm populações que são incomparáveis [inclusive a população urbana]. Agora, nenhum, nem Índia nem China, teve a população urbana aumentada em torno de 9,5 vezes, ou seja, de 19 para 179 milhões nesse período. Costumo dizer que o Brasil vai ser – quer a gente resolva esse problema ou não – um estudo de caso de interesse global. O problema é que, se a Reforma da Previdência não for feita [entrevista realizada em dezembro de 2018], tende a expulsar, cada vez mais, do orçamento gastos com saúde, educação e segurança. Os recursos não são infinitos e competem por usos alternativos, é uma decisão política, mas as pessoas precisam ter o entendimento das implicações das decisões políticas que tomam em vez de achar que tudo é possível porque é desejável.

VAMOS FALAR SOBRE EDUCAÇÃO. SE O ESTADO BRASILEIRO, COMO INSTRUTOR, NÃO EDUCAR AS CRIANÇAS PARA A CHAMADA “QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL”, ESSES NOVOS EMPREGOS PODERÃO SER NEGADOS A ESSAS PESSOAS?

A maneira como vamos lidar com esses problemas é o que vai definir aquilo que vamos ser ou não vamos ser no futuro como sociedade. O problema da educação é central. Há evidências, hoje, no mundo inteiro, de que você precisa tratar disso nas idades certas, que são os anos iniciais de vida. Na faixa etá-

ria de 15 a 17 anos, quando normalmente, na minha geração, se faziam o primeiro, segundo e terceiro anos científicos, hoje, quase 40% dos jovens que deveriam estar cursando o ensino médio não estão, ou porque ainda estão cursando o ensino fundamental, ou porque abandonaram o ensino fundamental, ou ainda porque terminaram o ensino fundamental e resolveram não seguir adiante no médio, ou começaram o ensino médio e não aguentaram a carga horária complementar monumental de 13 ou 14 disciplinas – vindo de uma formação precária dos anos anteriores. Estamos falando de milhões de pessoas que tendem a ficar deixadas para trás, marginalizadas. Tem gente que acha que resolve isso na universidade. Não resolve. Cerca de 70% das pessoas que chegam ao ensino médio não sabem fazer uma operação de regra de três. Isso significa que não tiveram um bom treino nas operações de multiplicação e divisão. Não sabem a relação entre porcentagem e fração. Essas coisas são sequenciais, quando não se aprende na escola nas idades certas, à medida que as séries vão avançando, vai se ficando cada vez mais para trás em termos das qualificações que hoje são exigidas pelo avanço vertiginoso e irreversível, das habilidades exigidas atualmente no mercado de trabalho. Então, se perguntarmos: “Qual é o maior desafio que temos?” Em termos de problemas de curto prazo, a Reforma da Previdência. Mas, na educação, se você quer equalizar oportunidades, já que as pessoas nascem em diferentes situações, o papel do setor público é de fazer aqueles que não tiveram o privilégio de nascer ricos estarem em situação de menor desigualdade de oportunidades. Isso tem de ser feito nos anos iniciais; não pode ser feito só no ensino médio ou só na universidade.

O PRESIDENTE BOLSONARO FOI ELEITO DIZENDO QUE QUERIA MUDAR A RELAÇÃO DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO, ACABANDO COM O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO. COMO O SENHOR VÊ ESSA RELAÇÃO ENTRE OS DOIS PODERES?

O Executivo precisa ter, em primeiro lugar, uma agenda legislativa, ou seja, saber o que ele quer do Congresso em relação à legislação. O Congresso tem de aprovar muita coisa. Tem um espaço que é reservado para decisões do Executivo, mas em qualquer

Congresso, principalmente em um sistema fragmentado como o nosso – não há nenhum partido político com mais de 11% do Congresso –, responde muito aos interesses de cada parlamentar, e este em boa parte, aos de seus eleitores. Ele leva muito em conta o que chamamos de “clima geral da opinião pública”, e é muito importante também o empenho do Executivo em defender com convicção sua agenda perante o Congresso por meio de líderes diretos. As lideranças partidárias e empresariais querem saber o que o presidente da República pensa, como está vendo aquele assunto. O presidente precisa formar uma convicção baseada na evidência disponível, tal como foi apresentada pelos seus ministros, e ser capaz de transmitir com convicção aquilo que acredita que o Executivo e o Congresso devem fazer juntos.

O DISCURSO IDEOLÓGICO E AS PERCEPÇÕES POLÍTICAS DE EXTREMA-DIREITA PODEM INFLUENCIAR AS RELAÇÕES DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO?

Opiniões, às vezes, expressas em um primeiro momento sobre uma política pública qualquer podem mudar com o diálogo, o debate, as novas informações, as evidências empíricas e a troca de ideias. Por isso, é de extraordinária importância manter canais de diálogo abertos, mesmo pessoas que não pensam de maneira exatamente igual à sua, às vezes, para entender que a explicitação das divergências ajuda na busca das convergências possíveis. Já vi inúmeras vezes pessoas mudarem de opinião, ainda que gradativamente, porque se beneficiaram desse tipo de diálogo, de novas evidências, de novos argumentos. É preciso acreditar nesse processo.

TEMOS EXPERIÊNCIAS EXTRAORDINARIAMENTE BEM-SUCEDIDAS EM QUE O ESTADO SE METEU E FEZ BEM. A EMBRAER ESTÁ AÍ, HOJE, PORQUE TIVEMOS AQUELES VISIONÁRIOS QUE DISSERAM: 'NÓS TEMOS DE FAZER A COISA MAIS IMPORTANTE QUE É FORMAR GENTE COMPETENTE NA ÁREA DE TECNOLOGIA AERONÁUTICA'.

JEAN GALVÃO
AGOSTO 2019



TRIBUTÁRIO



O MONSTRO TRIBUTÁRIO QUE CRIAMOS

O

M

T

COM A CARGA TRIBUTÁRIA ATINGINDO EM TORNO DE 34% DO PIB NACIONAL, A REFORMA DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS É NECESSÁRIA PARA MELHORAR A ATRATIVIDADE DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS BRASILEIRO A INVESTIDORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS. SE A DIMINUIÇÃO IMEDIATA DO MONTANTE DE IMPOSTOS NÃO É POSSÍVEL EM RAZÃO DO ALTO ENDIVIDAMENTO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS, AO MENOS A SIMPLIFICAÇÃO PODERIA ALIVIAR O VOLUME DE OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS E DIMINUIR OS CUSTOS COM A BUROCRACIA.

TEXTO **FILIPE LOPES**
FOTOS **CHRISTIAN PARENTE**
EDIÇÃO **LEDA ROSA E LUCAS MOTA**

Nenhum país desenvolvido ou emergente do mundo tem um sistema tributário tão complexo e socialmente injusto como o brasileiro. Para se ter ideia do emaranhado dessa engrenagem de arrecadação, em pouco mais de três décadas, a legislação tributária nacional sofreu 390 mil alterações, que resultaram em uma dezena de impostos. E o pior: desencadeou um descontrole da carga tributária, que chegou ao recorde de 34% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 – uma das maiores do mundo. Em países como Coreia do Sul (26,3%), Estados Unidos (26%) e Chile (20,4%), os tributos têm menos peso.

Tamanho voracidade na tributação se intensificou em paralelo à escalada desenfreada dos gastos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. As despesas da União, incluindo gastos correntes (despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida pública, seguridade social e manutenção do serviço público), despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) e refinanciamentos das dívidas mobiliária e contratual, passaram dos R\$ 241,2 bilhões em 1995 (primeiro ano de vigência do real) para R\$ 2,66 trilhões em 2018, de acordo com o Tesouro Nacional. “O Brasil governamental não cabe no PIB”, comenta o economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paulo Rabello de Castro, sobre a situação fiscal.

De 1995 a 2018, só os gastos correntes cresceram 1.300%, passando de R\$ 132,9 bilhões para R\$ 1,76 trilhão.

Segundo o economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Bernard Appy, os principais impostos federais estão “amarrados”. Ele analisa que, por estar com o orçamento muito comprometido com despesas obrigatórias, o governo não tem a opção de reduzir impostos imediatamente. Mesmo com essa limitação, Rabello acredita que o governo deveria propor mudanças na Constituição Federal a fim de possibilitar cortes mais profundos nos gastos. “Como fizeram Angela Merkel e Barack Obama em situações excepcionais – como a recessão de 2009 –, durante a qual tiveram que atacar todas as rubricas. No caso do Congresso americano, o corte partia dos 10% de todo o orçamento, mas havia a possibilidade de escolher em quais áreas poderiam

cortar. Aqui se vendeu a ideia de que o desequilíbrio está na Previdência, e o resto não tem importância. Como não importa?”, critica Rabello.

Esse cenário de descontrole não apenas exige mais dias trabalhados para pagar impostos (atualmente, um trabalhador dedica cinco meses e dois



É INEVITÁVEL A IMPERFEIÇÃO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS, GERADOS EM AMBIENTES LEGISLATIVOS EM QUE PREVALECEM CONFLITOS DE INTERESSE. NÃO HÁ UMA 'REFORMA TRIBUTÁRIA', MAS 'REFORMAS TRIBUTÁRIAS' NECESSÁRIAS E PERMANENTES

EVERARDO MACIEL,
ex-secretário da Receita Federal

dias do ano a isso), diminuindo a disponibilidade financeira para o consumo, como ceifa a capacidade produtiva das empresas, que gastam mais para manter pessoal voltado a lidar com os fiscos. Além de dificultar o aporte de investimentos em inovação e tecnologia que poderiam tornar os negócios mais eficientes. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), as empresas gastam R\$ 65 bilhões por ano para acompanhar as mudanças da legislação tributária brasileira.

“Um grande ponto de preocupação dos empresários é o volume e a sobreposição de obrigações acessórias no que diz respeito à Federação, aos Estados e aos municípios”, afirma a tributarista e professora de Direito Tributário do Insper Ana Carolina Monguilod, sobre o mecanismo arrecadatório. Ela lembra que, muitas vezes, uma empresa precisa informar várias vezes os mesmos dados a diferentes órgãos. “O fato de se ter tantos tributos também gera muita confusão na hora de as empresas recolhê-los. O ICMS estadual tem legislações diversas em certos Estados e o PIS e a Cofins trouxeram uma complexidade sem tamanho para o sistema tributário ao mudar o regime para não cumulativo”, aponta Ana Carolina.

SAÍDA PELA SIMPLIFICAÇÃO

Duas propostas de Reforma Tributária estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 45/19, de autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) e do diretor do CCiF, Bernard Appy; e a PEC n.º 110/19, assinada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros 66 se-

nadores, retomando o projeto (PEC n.º 293/04) do ex-deputado Luiz Carlos Hauly. Até o fechamento desta edição, em novembro, a PEC n.º 45 estava na Comissão Especial da Câmara e havia recebido cerca de 200 propostas de emendas; a PEC n.º 110 estava em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

A PEC n.º 45 pretende simplificar o sistema tributário nacional, unificando os impostos sobre o consumo (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) no Imposto so-

Bernard Appy, economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF): os principais impostos federais estão “amarrados”



bre Bens e Serviços (IBS), que seria arrecadado pela União e repartido com Estados e municípios. Também seria criado o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, para onerar a produção de bens e serviços geradores de externalidades negativas, como fumo e bebidas alcoólicas.

Segundo Appy, o imposto único desoneraria o investimento e a exportação, elevando a capacidade produtiva das empresas. A medida também acabaria com a guerra fiscal, uma vez que extingue o ICMS. A transição entre o sistema atual e o IBS seria de dez anos, dos quais os dois primeiros seriam destinados aos testes.

No Senado, a PEC n.º 110 também pretende unificar os impostos sobre o consumo (incluindo IOF, salário-educação e Cide-combustíveis) e criar um IBS e um IS. A diferença da PEC n.º 45 é que o IBS seria de competência estadual e não repartido entre os entes. Além disso, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), atualmente de competência estadual, se tornaria federal, mas com receita destinada aos municípios. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) seria extinta, passando a ser incorporada pelo Imposto de Renda (IR), que teria alíquotas ampliadas. O período de transição proposto pela PEC n.º 110 é de 15 anos, com o novo sistema sendo incorporado ao vigente de forma gradual. Assim como o IBS da PEC n.º 45, os contribuintes teriam de conviver, durante um período, com os dois sistemas.

Nenhuma das propostas discutidas pretende diminuir a carga tributária. Ainda assim, segundo Appy, a simplificação em poucos impostos e com regras claras já vai melhorar o ambiente de negócios. “O sistema tributário é tão ruim que é possível, de forma simultânea, fazer mudanças que aumentem a eficiência econômica e melhorem a distribuição de renda”, defende ele.

AJUSTES NECESSÁRIOS

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) enviou ao autor da PEC n.º 45/19 oito propostas de emenda que visam a desburocratizar o sistema. Entre as alterações, a Federação defende fixar teto de 25% do PIB para a carga tributária, aliviando o setor produtivo nacional. Com o mesmo

intuito, quer ajuste no texto para evitar a criação de novos tributos, como o IS.

A transição de dez anos não atende aos interesses dos empresários, que teriam de conviver com dois sistemas, e a Entidade reivindica prazo máximo de dois anos. A FecomercioSP argumenta ainda que todos os contribuintes devem ter uma relação de transparência e confiança com os fiscos e, por

OU TEMOS UM ESTADO MAIS ENXUTO E EFICIENTE, E ISSO PERMITIRIA UMA CARGA TRIBUTÁRIA MENOR, OU UM ESTADO IMENSO E CHEIO DE PENDURICALHOS, QUE, NECESSARIAMENTE, VAI TER UMA CARGA TRIBUTÁRIA GRANDE.

ANA CAROLINA MONGUILOD, tributarista e professora de Direito Tributário do Insper



NENHUMA DAS PROPOSTAS DISCUTIDAS PRETENDE DIMINUIR A CARGA TRIBUTÁRIA. AINDA ASSIM, SEGUNDO BERNARD APPY, A SIMPLIFICAÇÃO EM POUCOS IMPOSTOS E COM REGRAS CLARAS JÁ VAI MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

isso, sugere as criações do Programa de Conformidade Fiscal Nacional e do Código de Defesa do Contribuinte Nacional, ambos por lei complementar a exemplo do que foi implantado no Estado de São Paulo com o programa Nos Conformes e o Código Estadual de Defesa do Contribuinte, respectivamente. A Entidade defende ainda que o uso da Substituição Tributária (ST) incida apenas em operações com produtos de fabricação oligopolizada (cigarros, bebidas frias, combustíveis, automóveis, pneus e cimentos). Apesar de ter sido prevista na concepção da ST, ela se tornou um reforço de arrecadação, atingindo mercadorias fora desse enquadramento.

Para acabar com o efeito cascata na cobrança dos impostos, a Federação apoia que o IBS seja cobrado por fora, ou seja, que o tributo incidente sobre mercadorias ou serviços não seja incluído na própria base de cálculo. Também é pedida ampla possibilidade do aproveitamento de crédito dos serviços, produtos e bens utilizados na atividade econômica empresarial, visando a maior incremento na produção e circulação de bens. Por fim, a Entidade pede a vedação do uso de medida provisória para alterar o sistema tributário.

O caminho da simplificação tributária parece ser o mais viável para estancar a fuga de investimentos. Entretanto, os setores público e privado e a sociedade devem entender que, enquanto os gastos públicos forem elevados, a carga tributária continuará exorbitante. “Na verdade, a nossa carga equivale a

de países desenvolvidos. Não dá para querermos um Estado social europeu, com todos os benefícios do mundo, sem imposto. Ou temos um Estado mais enxuto, e isso permitiria uma carga tributária menor, ou um Estado imenso e cheio de penduricalhos, que, necessariamente, vai ter uma carga tributária grande”, conclui Ana Carolina.

João Miranda, CEO do Grupo Votorantim, aponta a necessidade de duas reformas: nos campos da infraestrutura e da administração do Estado



UM PONTO CRÍTICO É QUE O CARRO-CHEFE DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS NO BRASIL VEM DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS, QUE REPRESENTA 48% DO TODO, SEGUIDO PELOS IMPOSTOS SOBRE A FOLHA SALARIAL (26%)

E como tornar o Estado mais eficiente? Para o CEO da Votorantim, João Miranda, “deveríamos conduzir o papel do Estado à essência da oferta dos serviços públicos”. Duas reformas, nos campos da infraestrutura e da administração do Estado, são fundamentais, segundo o executivo.

DISFUNÇÃO NA COBRANÇA

Outro ponto crítico está na maior fonte de cobrança da engrenagem tributária: o consumo. Segundo dados mais recentes da Receita Federal (2017), este é (consumo de bens e serviços) o carro-chefe da arrecadação de tributos no Brasil, que representa 48,44% do todo, seguido por impostos sobre a folha salarial (26,12%), renda (19,22%) e propriedade (4,58%). Os demais tributos incidem sobre transferências bancárias (1,63%) e outros (0,01%).

Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do BNDES e do IBGE: “O Brasil governamental não cabe no PIB”



Essa dinâmica, que onera proporcionalmente quem detém menor renda e empresas geradoras de emprego, vai na contramão do que é praticado na maior parte dos países desenvolvidos e emergentes do mundo. Na comparação com os 36 países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relação à carga tributária que incide sobre bens e serviços, o Brasil (15,4% do PIB) fica atrás apenas de Grécia (15,8%) e Hungria (16,7%). Esses dados foram apresentados no relatório OCDE Revenue Statistic 2018, que usa como base informações apuradas em 2016.

Em contrapartida, quando a carga tributária incide sobre renda, lucro e ganho de capital, o Brasil aparece na “lanterninha”, com apenas 6,5% do PIB, atrás de outros emergentes, como Chile (6,8%), México (7,3%) e Coreia do Sul (8,2%), e muito atrás de países desenvolvidos, como França (10,6%), Reino Unido (11,9%), Alemanha (12%), Estados Unidos (12,7%) e Canadá (15,1%).

De acordo com o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, não existe sistema tributário perfeito, mas o Brasil deve fazer com que a tributação acompanhe a evolução do ambiente de negócios. “É inevitável a imperfeição dos sistemas tributários, gerados em ambientes legislativos em que prevalecem conflitos de interesse. Não há uma ‘Reforma Tributária’, mas ‘reformas tributárias’ necessárias e permanentes”, adverte. “Precisamos nos aprofundar na natureza dos problemas, discutir as soluções possíveis e observar as consequências, pois todo sistema tem suas consequências.”



Accesse o código QR para assistir às entrevistas desta reportagem.



Conheça a proposta de simplificação tributária da FecomercioSP.



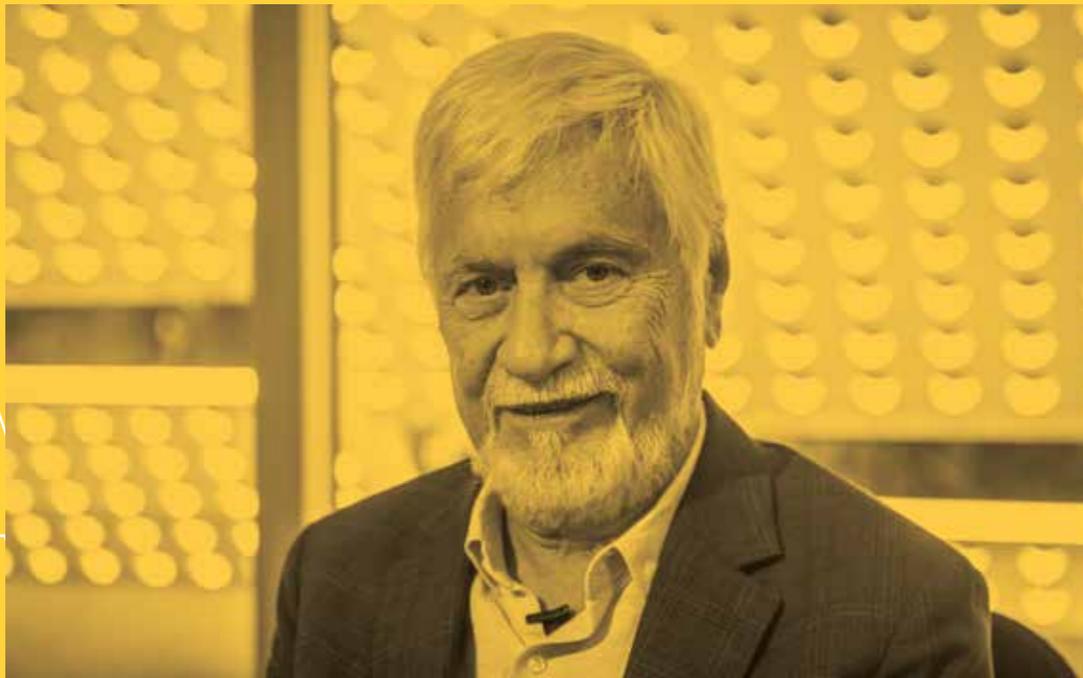
Saiba mais sobre as emendas elaboradas pela Federação para a PEC n.º 110/2019.

JEAN GALVÃO
JULHO 2019



MAIS COMPETIÇÃO E PRODUTIVIDADE

ENTREVISTA RENATO GALENO
FOTOS FABIANO BATTAGLIN



Para assistir à entrevista na íntegra, acesse o código QR ou visite www.umbrasil.com.

EDM

“NOSSO SISTEMA EMPRESARIAL É TOTALMENTE VOLTADO PARA O MERCADO INTERNO, COM ELEVADA PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS IMPORTADOS E, CONSEQUENTEMENTE, CONTRA NOVOS ENTRANTES NO MERCADO QUE TRARIAM NOVAS TECNOLOGIAS”, AFIRMA O ECONOMISTA **EDMAR BACHA** AO DEFENDER A ABERTURA COMERCIAL DO BRASIL PARA ALAVANCAR O CRESCIMENTO DO PAÍS. “NÃO É O CASO NAS ÁREAS DE AGRICULTURA E NA MINERAÇÃO, QUE JÁ ESTÃO PARTICIPANDO ATIVAMENTE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL”, DIZ. AUTOR DA EXPRESSÃO “BELÍNDIA” – TERMO QUE SINTETIZAVA O BRASIL EM 1974 POR UNIR AS LEIS E IMPOSTOS DA BÉLGICA E A REALIDADE SOCIAL DA ÍNDIA –, ELE VÊ O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO COMO PROPÍCIO A UMA AGENDA DE REFORMAS.

ENTREVISTA CONCEDIDA EM DEZEMBRO DE 2018 DURANTE O III FÓRUM: A MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO, UMA REALIZAÇÃO UM BRASIL; FECOMERCIO-SP; COLUMBIA GLOBAL CENTERS | RIO DE JANEIRO; FUNDAÇÃO LEMANN; REVISTA VOTO; E INSTITUTO DE ESTUDOS DE POLÍTICA ECONÔMICA – CASA DAS GARÇAS.

DESDE QUANDO DEFENDEU SUA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, EM 1974, EM MUITOS MOMENTOS O SENHOR AFIRMOU QUE HOUVE GRANDES MUDANÇAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL. EM QUAIS PONTOS O SENHOR ENXERGA QUE O COPO BRASILEIRO ESTÁ MEIO CHEIO E, EM OUTROS, MAIS VAZIO?

A grande mudança é política. Quando defendi minha dissertação, estávamos sob a ditadura militar [1964-1985] e levamos 21 anos para superá-la e implantar a democracia. E a democracia continua aí, com sua alternância surpreendente entre direita e esquerda, mas isso é uma característica de todas as democracias atuais. Diria que essa é a grande diferença. Agora temos a possibilidade de discutir livremente os problemas do Brasil. Naquele tempo [durante a ditadura militar], para se discutir os problemas do País, tínhamos que escrever fábulas, que foi onde nasceu a famosa “Fábula de Belíndia”, que na verdade era uma alusão à situação do Brasil e o fato de que o milagre econômico não estava beneficiando em nada os mais pobres, em um país que já tinha a distribuição de renda muito ruim.

O SENHOR SEMPRE DEFENDEU A NECESSIDADE DE O BRASIL CRIAR MECANISMOS PARA COMBATER A DESIGUALDADE. ESSE ASPECTO JÁ É CONSENSO NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Há 50 anos, falar em renda mínima era uma ilusão literária. Pelo menos, ao longo dos anos, houve a adoção de mecanismos de transferência de renda, que terminaram no Bolsa Família e demonstraram duas coisas: com apenas 0,5% do PIB é possível lidar minimamente com o problema da extrema pobreza no País; e que essas soluções não são absolutamente incompatíveis com a retomada de um crescimento vigoroso. Naquele tempo, havia uma dissonância cognitiva muito grande, que era crescer ou distribuir. Hoje temos uma consciência muito mais clara, dada a natureza gravíssima dos nossos problemas de distribuição e da ineficiência dos gastos governamentais, de que podemos efetivamente adotar políticas que são simultaneamente distributivas e pró-crescimento, como a Reforma da Previdência.

QUAIS SÃO AS REFORMAS NECESSÁRIAS PARA O BRASIL ALCANÇAR A META DE ATENDER À POPULAÇÃO DE MANEIRA GERAL?

Nosso grande problema político é o “toma lá, dá cá”, no qual o Executivo só consegue extrair mudanças legislativas por meio de um processo de trocas que nem sempre respeita a ética. Isso foi o que gerou, originalmente, o Mensalão e depois o Petrolão, que revelaram o grau de distorção dos sistemas político e empresarial brasileiros. O novo governo [de Jair Bolsonaro] se elegeu exatamente para acabar com isso. Claro que reformas políticas dependem dos partidos, e, no contexto brasileiro, com tantas representatividades, isso é difícil, mas também existem questões substanciais que precisam de atenção, cuja prioridade “número um” é a consolidação fiscal, em detrimento do crescimento extraordinário da relação entre a dívida pública e o PIB, tendo perspectiva de mais crescimento ao longo dos anos, caso não haja uma Reforma da Previdência [entrevista concedida em dezembro de 2018].

O SENHOR DEFENDE QUE O BRASIL DEVERIA SE ABRIR COMERCIALMENTE. QUAL SERIA A IMPORTÂNCIA DESSA ABERTURA PARA O CRESCIMENTO DO PAÍS?

Nosso sistema empresarial na indústria e nos serviços é totalmente voltado para o mercado interno, com um sistema elevadíssimo de proteção contra produtos importados e, conseqüentemente, contra novos entrantes no mercado que trariam novas tecnologias. Esse já não é o caso nas áreas de agricultura e na mineração, que já estão participando ativamente do comércio internacional.

Temos de fazer um processo amplo de abertura comercial e de ampliação da concorrência, tanto no setor industrial como no de serviços, como condição para incorporação de novas tecnologias, sem as quais não haverá aumento da produtividade.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA IMPORTAÇÃO PARA PRODUZIR MAIS E MELHOR?

A ideia de que a exportação é algo para se preocupar é válida a partir do ponto de vista de quem não quer ter um déficit comercial. Portanto, à medida que as importações crescem, é importante que as exportações cresçam de forma equivalente. Então, em um processo de abertura às importações tem de ter a contrapartida dos incentivos certos para as exportações também, evitando uma crise de balanço de pagamento, que é a última coisa que precisamos.

**A ABERTURA COMERCIAL
TAMBÉM EVIDENCIARIA O
ABSURDO QUE É O NOSSO
SISTEMA TRIBUTÁRIO, COM
IMPOSTOS INDIRETOS
ACUMULATIVOS QUE
ENCARECEM SOBREMANEIRA
OS PRODUTOS INDUSTRIAIS,
OS SERVIÇOS E, TAMBÉM,
AS IMPORTAÇÕES.**



Mas o que faz a diferença, do ponto de vista da produtividade, é a capacidade de poder importar bens de capital e intermediários, tecnologia em si e concorrência para aumentar a produtividade. Pode ser que haja ganhos nas exportações, por aumento de escala, mas principalmente porque os produtos terão incorporados neles componentes estrangeiros, que os tornam mais produtivos. No fim, o que importa, de fato, para o aumento da produtividade, é a tecnologia que vem do exterior e a nossa capacidade de elevar o nível tecnológico das empresas, por meio da importação dessa tecnologia e da maior concorrência.

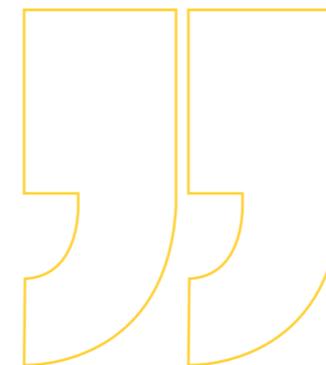
ESSA ABERTURA TAMBÉM SERIA POSITIVA PARA O CONSUMIDOR FINAL, UMA VEZ QUE COMPONENTES ESTRANGEIROS ESTARIAM PRESENTES NOS PRODUTOS PRODUZIDOS AQUI E, PORTANTO, SERIAM MAIS BARATOS?

Claro e também evidenciaria o absurdo que é nosso sistema tributário, com impostos indiretos acumu-

lativos que encarecem os produtos industriais e os serviços daqui e também as importações, porque além dos pagamentos das tarifas de importação, também existe a carga tributária interna. Ao haver a abertura comercial, que gosto de chamar de “a mãe das reformas”, explicitaria a necessidade de implantar a Reforma Tributária.

PAÍSES COMO AUSTRÁLIA E NORUEGA DERAM UM SALTO TECNOLÓGICO UTILIZANDO SEUS RECURSOS NATURAIS. O BRASIL TAMBÉM PODERIA APROVEITAR ESSA ABUNDÂNCIA DE RECURSOS PARA MELHORAR A PRODUTIVIDADE?

A resposta é sim, mas a comparação com a Noruega e a Austrália não cabe, porque ambos são países com a relação entre o capital natural e o número de pessoas extremamente mais elevada do que o Brasil. São países de população rarefeita e com enormes recursos naturais. O Brasil é um país que é formado por 210 milhões de habitantes e já tem



O QUE FAZ A DIFERENÇA É A POSSIBILIDADE DE IMPORTAR BENS DE CAPITAL E INTERMEDIÁRIOS, TECNOLOGIA EM SI E CONCORRÊNCIA PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE.

uma indústria relativamente bem estabelecida, então, jamais poderíamos viver como a Austrália. Mas certamente é parte do conjunto a sábia exploração dos recursos naturais, algo que infelizmente, nos últimos anos, não soubemos aproveitar, apesar da mudança recente da regulamentação do pré-sal. Até então, a exploração dos recursos só nos serviu de ponto de partida para a corrupção.

QUANDO SE FALA EM INDÚSTRIA 4.0, EM AUTOMAÇÃO DA INDÚSTRIA, AQUI, NO BRASIL, PODEMOS ESBARRAR NA PRECARIIDADE DO NOSSO SISTEMA EDUCACIONAL? OS BRASILEIROS PERDERÃO MUITAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO PELA FALTA DE AVANÇOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Sem dúvida. Considerando que é na faixa de zero a cinco anos que se forma a capacidade cognitiva das pessoas e depois a escola apenas complementa, e aqui nós temos o fato de que as crianças pobres chegam às escolas com cinco anos, elas já partem

com uma enorme desvantagem cognitiva. Portanto, quando pensamos em sistema educacional, temos que pensar também na pré-escola, no atendimento natal, em creches e outras frentes, como alimentação, que na verdade é tudo educação. Não é verdade que apenas os pais podem cuidar, entre outros, da educação dos filhos menores.

VOCÊ CRIOU O TERMO “RUSMALA” PARA DEFINIR A SITUAÇÃO ATUAL DO BRASIL, QUE É RESULTADO DE UMA PROFUNDA CORRUPÇÃO RUSSA ACOMPANHADA DA GRANDE CRIMINALIDADE GUATEMALTECA. CORRUPÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA SERIAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO BRASIL?

Como vimos no período eleitoral, o que preocupa a população é a corrupção que contamina governo e empresas, além da violência nas ruas. E “Rusmala” reflete essa característica de um sistema que tem uma elite corrupta (como a da Rússia) aliada a uma violência nas ruas que só vemos na Guatemala.



FALANDO NAS RUAS, PARECE QUE VEM CRESCENDO UM MOVIMENTO DAS PESSOAS EM SE MANIFESTAREM ESPONTANEAMENTE. É UM NOVO FATOR A SER CONSIDERADO PELOS GOVERNOS?

A pressão aparece, em última análise, nas ruas, mas ela só tem essa força e capacidade por causa da internet. As novas tecnologias, com as redes sociais, nas quais as pessoas interagem, criaram essa massa de manobra única na nossa história recente. Aqui, no Brasil, tivemos manifestações em 2013, depois em 2017, com os caminhoneiros que pararam o País, e que culminaram nesse processo eleitoral recente que os economistas deram o nome de “Ano dos Indignados”, em que as pessoas demonstraram toda sua insatisfação de maneira surpreendente, proporcionando uma extraordinária renovação política que aconteceu em outubro do ano passado.

EM 2013, O SENHOR CRIOU A EXPRESSÃO “BELÍNDIA 2.0”, QUE APONTAVA QUE O BRASIL DEVERIA, ALÉM DE COMBATER A DESIGUALDADE, ATENDER AOS ANSEIOS DAS NOVAS CLASSES MÉDIAS. DE ALGUMA FORMA ESSE DIAGNÓSTICO EXPLICA OS RESULTADOS DAS URNAS EM 2018?

Sim. Bolsonaro ganhou as eleições se apresentando “contra tudo isso que está aí”. Os argentinos já tinham uma expressão para a crise financeira deles, que dizia “¡Que se vayan todos!” [“Fora todos eles!”]. E, por isso, houve grandes mudanças nas composições das câmaras federal e estaduais, nos governos estaduais e no Senado. As ruas mandaram o recado: “Nós queremos ver uma relação do Estado e das empresas com a população distinta do que temos tido nos últimos anos”. Isso é importante para repensarmos, não apenas nossos modelos econômico e político, mas também nosso modelo social de como nos relacionamos e criamos mecanismos de solidariedade social.

HAVERÁ POSSIBILIDADE DE O PARLAMENTO APROVAR AS NECESSÁRIAS REFORMAS COM BANCADAS CORPORATIVAS TÃO FORTES COMO A RURALISTA E A EVANGÉLICA?

Há certas coisas que independem totalmente do parlamento, como a abertura econômica. Todo projeto de abertura comercial pode prosseguir sem necessidade de parlamento. Os acordos comerciais, obviamente, precisam de aprovação, mas a abertu-

ra unilateral soberana pode ser feita toda por atos do Executivo. Creio que o governo terá um período “de graça”, pois parte significativa dos deputados foi eleita porque estava associada ao nome do novo presidente, portanto, é uma questão de saber lidar com a situação, evitar problemas muito polêmicos e que não têm muita importância para o País (como a questão do aborto) e focar na consolidação fiscal e na Reforma da Previdência em conjunto com a abertura comercial, que farão a economia ganhar impulso para dar fôlego ao governo. E o momento é muito favorável a isso, pois o Brasil está com uma oportunidade de crescer até 5% nos próximos anos, dadas a capacidade ociosa que existe e a possibilidade de incorporação de tecnologia que temos. A principal tarefa do governo é lidar com seus próprios impulsos e elaborar uma pauta que seja plausível e realista de ser implementada ao longo dos próximos quatro anos.

CACO GALHARDO
FEVEREIRO 2019



EQUAÇÃO



© GALHARDO



REFORMANDO O AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO BRASIL

ERICK TJONG,

analista de operações, Doing Business Unit, Development Economics Global Indicators Group, do Banco Mundial

RITA RAMALHO,

gerente sênior do Development Economics Global Indicators Group, do Banco Mundial

Os resultados publicados pelo Doing Business 2020 – estudo que analisa o ambiente de negócios em 190 economias ao redor do mundo – indicam que o Brasil realizou melhorias desde 2018. Nesse período, a pontuação do País no índice que mede a facilidade de se fazer negócios avançou de 58,6 pontos para 59,1. Ainda assim, seria preciso que o Brasil acelerasse a sua agenda de reformas regulatórias para alcançar outros países.

O que tem sido feito para facilitar as atividades das empresas em território nacional? Entre 2018 e 2019, foram introduzidas reformas que facilitaram processos como a abertura de empresas e o registro de imóveis. De acordo com os dados do Doing Business, abrir uma empresa se tornou um processo mais rápido e barato, seguindo uma tendência de melhorias ao longo dos anos: há uma década, era preciso esperar cinco meses para se constituir e operar uma empresa em São Paulo. Atualmente, esse processo dura menos de duas semanas. O registro de propriedades foi também uma área que registrou avanços. O sistema de registro de imóveis foi modernizado, passando a oferecer aos usuários acesso a estatísticas sobre os números de transações e de disputas fundiárias, bem como a possibilidade de registrar queixas online. Em São Paulo, tornou-se também possível pagar o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) por meio da internet. No Rio de Janeiro, pode-se, agora, solicitar online a certidão de matrícula de uma propriedade.

Entretanto, outros países vêm realizando reformas mais profundas e com mais rapidez do que o Brasil. A Índia, por exemplo, há muitos anos vem se destacando por uma ambiciosa agenda de reformas do ambiente regulatório dos negócios. Países com um forte desempenho têm adotado boas práticas, como processos rápidos, simples e transparentes para trâmites de importação e exportação de mercadorias, pagamentos de impostos ou obtenção de um alvará de construção. Os dados indicam que mais medidas poderiam ser executadas no País, que ocupa o 124º lugar no ranking global do Doing Business 2020. Na Nova Zelândia, primeira colocada no ranking, em três meses é possível obter as autorizações necessárias para a construção de um imóvel comercial; em São Paulo, é preciso esperar mais de um ano para os alvarás serem emitidos. No caso das exportações, o custo médio de cumprimento dos requerimentos para o envio de um contêiner pelo Porto de Santos é superior a US\$ 1 mil, um valor cinco vezes mais alto do que o exigido em Nova York.

O cumprimento das obrigações fiscais é outra área que gera dificuldades. A carga tributária das empresas brasileiras está entre as mais altas do mundo. Para um empreendimento

de médio porte do setor do comércio, ela representa por volta de 65% dos lucros. Em comparação, no Reino Unido e em Portugal, a carga tributária equivale a, respectivamente, 30% e 40% dos lucros da empresa. Além disso, a cada ano, a apuração, a declaração e o pagamento dos impostos e contribuições consomem aproximadamente 1,5 mil horas de trabalho no Brasil, mais do que qualquer outro país no mundo. Na Colômbia, a mesma empresa gastaria, em média, 360 horas; em Hong Kong, seriam necessárias somente 35 horas por ano.

De acordo com o Doing Business 2020, houve avanços; por outro lado, existem ainda desafios a serem enfrentados. Ao longo dos últimos 15 anos, o País vem adotando uma série de reformas – que se traduziram em melhorias em diversas áreas. A legislação brasileira se destaca, por exemplo, pelas garantias e proteções aos investidores minoritários. Contudo, outros países estão à frente do Brasil, especialmente em temas como as obrigações fiscais das empresas e a obtenção de alvarás de construção. Portanto, a aceleração das reformas para reduzir os custos e as dificuldades de se fazer negócios poderia contribuir para estimular a economia brasileira nos próximos anos.

NEC

ADÃO ITURRUSGARAI
SETEMBRO 2019

OS TREZE TRABALHOS DE HÉRCULES



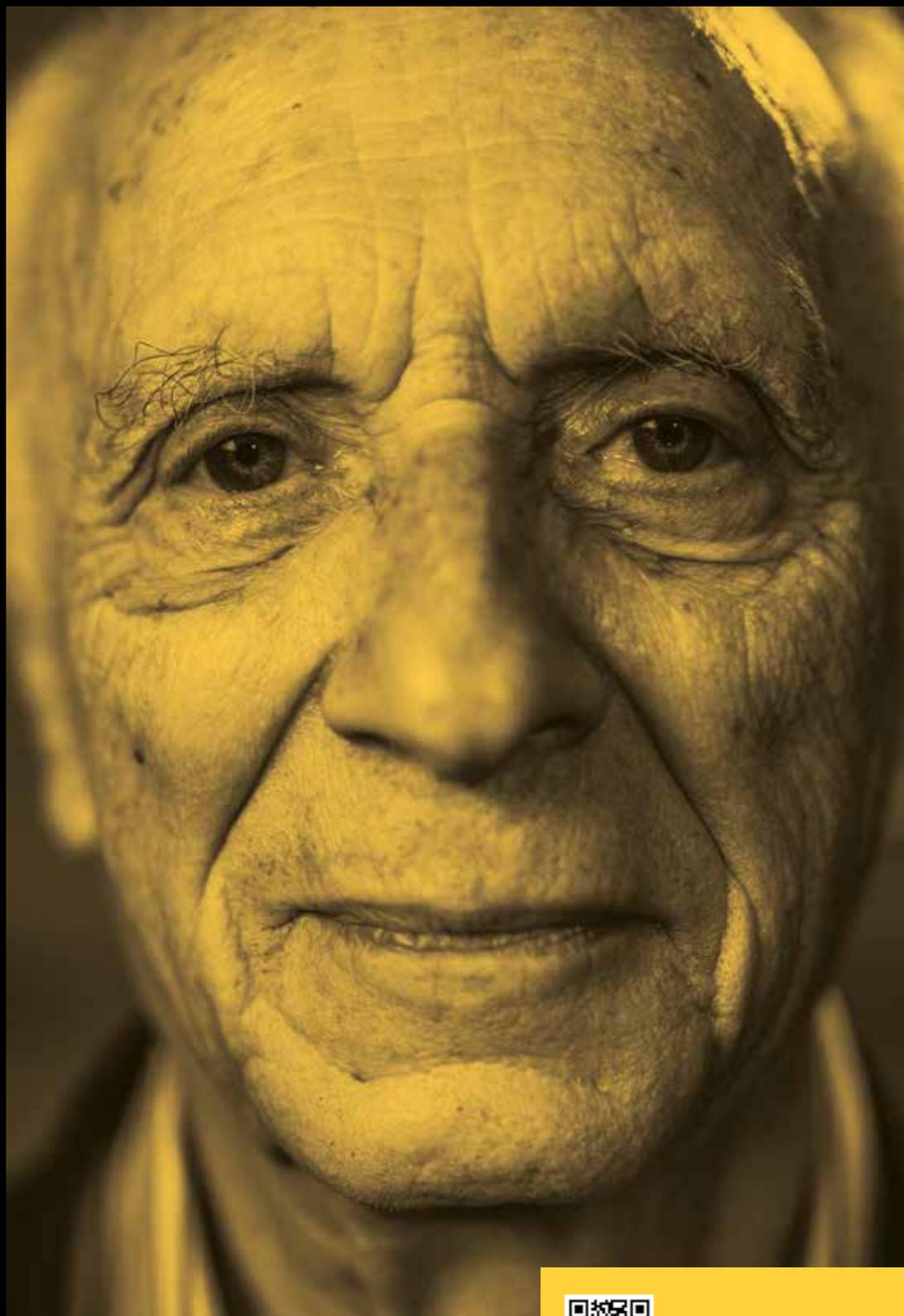
RUBEN

UMA VISÃO SISTÊMICA
DO BRASIL

ENTREVISTA JAIME SPITZCOVSKY
FOTOS CHRISTIAN PARENTE

RICUPERO

OBSERVADOR DAS MUTAÇÕES PELAS QUAIS O BRASIL PASSOU NO SÉCULO 20, O EX-EMBAIXADOR E EX-MINISTRO DA FAZENDA **RUBENS RICUPERO** REFLETE SOBRE O BRASIL DOS DIAS ATUAIS. APESAR DE RECONHECER OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA HERANÇA DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E RENDA E DA DESIGUALDADE SOCIAL, ELE É OTIMISTA EM RELAÇÃO À COMPETÊNCIA DO PAÍS PARA RESTAURAR SEUS ÍNDICES DE CRESCIMENTO. "A HISTÓRIA BRASILEIRA SÓ VAI TER ESTABILIDADE QUANDO A PERIFERIA CONSEGUIR ENCONTRAR UM LUGAR AO SOL. O NOSSO GRANDE DESAFIO É DE CONSTRUIR UMA ECONOMIA E UMA EDUCAÇÃO QUE FACILITEM ISSO."



Para assistir à entrevista na íntegra, acesse o código QR ou visite www.umbrasil.com.

QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS DO BRASIL DO SÉCULO 20 COM O DO SÉCULO 21?

A diferença é que passamos de um período de rápidas e profundas transformações na sociedade para um período de estabilização, no qual não cresceremos em termos de população ou tamanho de cidades, em que finalmente enfrentaremos os problemas que têm surgido durante esse rápido período de transformação. O Brasil entrou no século 20 com uma população entre 17 e 18 milhões de pessoas, das quais 86% eram totalmente analfabetas, grande parte dessa população vivia em áreas rurais e muitas pessoas ainda eram oriundas da escravidão, abolida 12 anos antes. Então, era um país que dificilmente reconheceríamos hoje. Nasci em 1937, quando o Brasil tinha 39 milhões de pessoas. Hoje, tem 209 milhões. E isso não é algo normal. Na verdade, o crescimento de outros continentes – como a Europa Ocidental no século 19 e os Estados Unidos na segunda metade do século 19 – foi muito mais gradual, não teve esse caráter explosivo do nosso crescimento. Isso se deu principalmente devido a dois fenômenos principais: a explosão demográfica e o crescente aumento da urbanização. Em um curto período de tempo, o País multiplicou sua população a um ritmo muito rápido. Por exemplo, depois que nasci, durante as duas primeiras décadas, o Brasil estava crescendo a uma taxa de 3% ao ano. Hoje em dia, cresce a 0,7%. A taxa de fecundidade chegou a 6,2 no Brasil, que é explosiva. Hoje, nossa taxa é de quase 1,7 – estamos abaixo do nível de reposição. Claro, existem regiões do Brasil, como o Nordeste, onde a taxa está acima disso. Mas estamos indo na mesma direção de países como Espanha, Itália, Japão e Coreia do Sul, que em algum momento começaram a encolher.

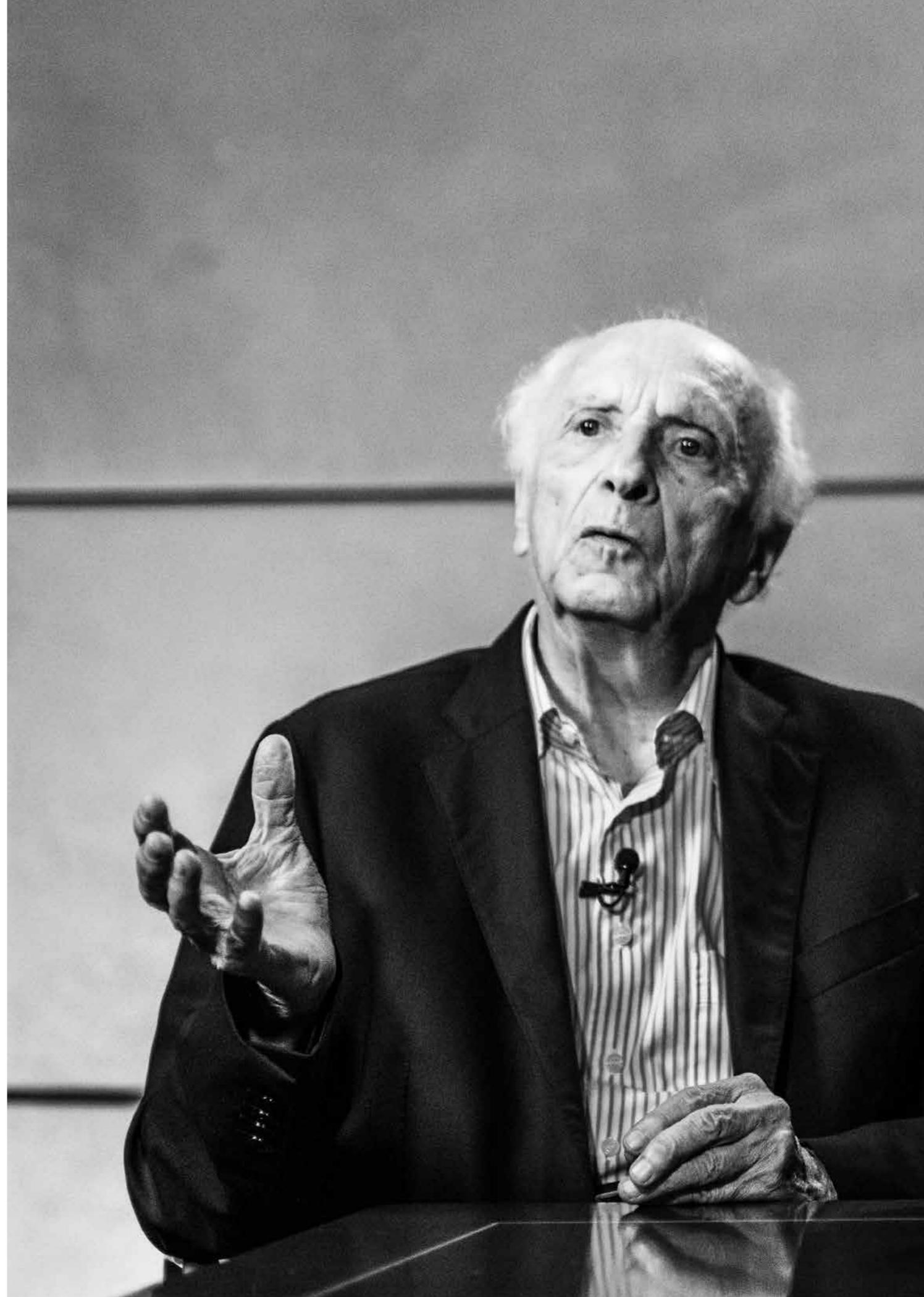
E QUAL É O IMPACTO DESSA TENDÊNCIA DEMOGRÁFICA NO BRASIL, ECONÔMICA, SOCIAL E POLITICAMENTE FALANDO?

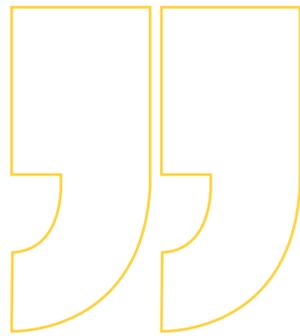
O impacto é enorme, porque daqui a alguns anos, por volta de 2040, se nada mudar esse comportamento, o Brasil vai começar a encolher. O País só vai crescer novamente se tiver migração, imigrantes. Não há outra maneira, porque, em geral, o comportamento demográfico é quase sempre irreversível. A principal causa da diminuição da taxa de fecun-

didade é a emancipação das mulheres, quando elas acessaram o mercado de trabalho. E, em geral, isso é uma consequência da urbanização. O que, em um primeiro momento, é uma janela de oportunidades, já que teremos uma população jovem trabalhando (que contribuirá para a Previdência), crianças menores dependentes e um número não tão grande de idosos. Mas essa janela só ficará aberta por 30, 40 anos. E o tempo já está correndo contra nós. Se não criarmos mais trabalhos durante esse período, essa janela será fechada.

COMO PREPARAR O BRASIL PARA O SÉCULO 21 E PARA ESSES DESAFIOS DEMOGRÁFICOS?

Bem, o primeiro grande desafio que vamos enfrentar já está sendo discutido: a reforma da seguridade social. Porque será muito grave devido a esse fenômeno que os demógrafos chamam de “transição demográfica”. Daqui a alguns anos, teremos um pequeno número de pessoas trabalhando ativamente e um número cada vez maior de pessoas não trabalhando, que precisarão ser apoiadas por aqueles que estão. Como resolver essa equação? A primeira é estender o período mínimo de contribuição. As pessoas não são mais consideradas idosas aos 60 anos de idade. Na Itália, agora, para ser considerado um idoso, você deve ter 75 anos. Menos que isso, você ainda é considerado jovem. A segunda maneira, que foi o caso do Japão, é aumentar a participação das mulheres na força de trabalho, o que ainda é insuficiente no caso delas, e assim é na nossa, certo?! Podemos aumentar consideravelmente a presença das mulheres na força de trabalho. E o terceiro é a imigração, à qual os japoneses resistem muito, mas eles estão percebendo que realmente precisam recorrer a isso. Além disso, existem outras maneiras de mitigá-lo. Por exemplo, podemos fazer como Suécia, Noruega, Finlândia e França e criar condições para que as pessoas tenham mais filhos. Oferecendo benefícios, pagando por cada criança adicional, proporcionando uma licença-maternidade mais longa – às vezes até para o pai, para cuidar da criança. Dar bônus especiais quando as crianças nascerem, quando elas começarem a escola. Muitas creches, centros de boa qualidade, tudo o que não temos.





O MAIOR DESAFIO QUE A SOCIEDADE BRASILEIRA TEM, NESTE SÉCULO 21, É ENFRENTAR, DE UMA VEZ POR TODAS, A HERANÇA DA DESIGUALDADE.

HOJE, NO BRASIL, CONSIDERAR A IMIGRAÇÃO EM MÉDIO E LONGO PRAZOS FAZ SENTIDO. DO PONTO DE VISTA DE CURTO PRAZO, COM A TAXA DE DESEMPREGO EM 12%, COMO PODEMOS RESOLVER ESSE PROBLEMA?

Esse problema do Brasil tem sido muito agravado pela crise econômica da qual estamos apenas começando a emergir de forma muito lenta, porque, antes disso, você deve lembrar que em 2009, 2010, no início do governo Dilma, parecia que havia empregos para todos no Brasil. A taxa [de desemprego] foi de 5%, ainda menos que isso. Portanto, não devemos considerar o fenômeno atual como uma tendência secular ou permanente, é uma consequência de uma crise de recessão muito séria e do fato de que a economia ainda não atingiu novamente o nível de investimento que precisaremos. Agora, acredito que é perfeitamente plausível que o Brasil possa começar a impulsionar seu crescimento e não mais ter as taxas que tinha no passado, mas taxas que, levando em conta o menor crescimento populacional, podem ser amplamente satisfatórias. Atualmente, o Brasil tem uma capacidade

ociosa muito grande. Todas as indústrias estão operando a 80% da capacidade. Então, temos uma cota muito significativa que nos permite crescer sem novos investimentos, inicialmente. Só precisamos de um cenário mais confiante e esperançoso para que possamos crescer. E também temos muita oferta de mão de obra por causa da nossa taxa de desemprego de 12%. Portanto, podemos crescer sem forçar muito a capacidade instalada, máquinas e equipamentos, ou o suprimento de trabalho. O que precisamos é restaurar essas condições para que as pessoas possam confiar nos investimentos. Por outro lado, no longo prazo vamos ter problemas com a criação de empregos, porque teremos que lidar com o fenômeno da inteligência artificial, robôs, automação, então, vamos ter que investir cada vez mais na preparação de mão de obra qualificada, que também pode atender aos setores que vão crescer. A educação e a saúde serão, no futuro, as grandes geradoras de oportunidades de emprego. Mas, para isso, precisamos qualificar as pessoas. E a solução é educação.

E QUANDO A EDUCAÇÃO SERÁ UMA PRIORIDADE NO BRASIL?

Tenho a sensação de que está começando a se tornar uma prioridade. Ainda não mostrou resultados concretos, mas não sou pessimista quanto à nossa capacidade de aprender com nossas derrotas e nossos problemas. Quando eu era jovem, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil estava crescendo muito rápido. E naquela época era comum ouvir: “Veja, o Brasil teve um desempenho muito significativo no crescimento material da economia”. Agora, é uma falha na distribuição. Os índices sociais são terríveis, somos um país nascido da escravidão, com uma grave injustiça na concentração de riqueza e renda; aprendemos a crescer, mas não a distribuir. Bem, depois de tanto sofrimento e muita discussão, finalmente descobrimos fórmulas, como o Bolsa Família, e outros programas, como os de financiamento da educação, universalmente reconhecidos. Outro exemplo é a hiperinflação. Já se passaram 25 anos desde que me tornei ministro das Finanças e lançamos o real. Naquela época, as pessoas diziam que o Brasil era geneticamente incapaz de ter uma moeda estável. Desde que tivemos inflação por tanto tempo, com correção monetária, houve um ceticismo invencível e generalizado. “Nós nunca teremos uma moeda”, e agora nós temos uma. Nós fomos capazes de convencer as pessoas. Então, acho que a mesma coisa está começando a acontecer com a educação. Não estamos lá ainda. Discutimos muitas maneiras de melhorar a educação. Mas estamos começando a ver um consenso emergente, que depende de uma boa gestão, valorizando os professores. Não depende tanto de apenas investir em educação, mas de gastar bem esse dinheiro, fornecendo estímulo.

OU SEJA, UM PLANO REAL PARA A EDUCAÇÃO?

Exatamente. Nós não tivemos nada parecido e, infelizmente, não parece que estamos prestes a fazê-lo, mas a sociedade civil tem discutido muito, e este é o caminho para a nossa redenção, não há dúvida sobre isso. O Brasil começou a prestar atenção à educação de forma muito gradual, especialmente a educação básica. Ela é a ferramenta de autoaperfeiçoamento das pessoas. A única maneira de corrigir essa terrível herança de desigualdade é fornecer educação

pública gratuita de boa qualidade para todos. Então, esse será o grande instrumento para construir o futuro do Brasil. O maior desafio que a sociedade brasileira enfrenta, neste século 21, é encarar, de uma vez por todas, a herança da desigualdade. Neste fenômeno da multiplicação das cidades, apareceu um novo ator na vida brasileira, formado pelas periferias das grandes cidades. As periferias são um fenômeno não apenas no Brasil, mas na Bolívia, no Peru, no México e em todos os países da América Latina. Essa periferia é justamente o resultado desse crescimento, de pessoas que vieram do campo para as cidades. O problema é que como isso se deu em pouco tempo, e a economia não foi capaz de oferecer bons empregos para todos, boa parte das pessoas das periferias ainda vive de forma precária, com subempregos de produtividade muito baixa. Não foi o que ocorreu na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, porque, lá, esse crescimento se deu simultaneamente com a Revolução Industrial, que abria vagas de bons empregos na indústria. Isso não ocorreu na América Latina. Então temos inúmeras periferias, que concentram a maioria da população de cada país, e isso introduz atores social, político e econômico que desejam um lugar ao sol. E quando surge um novo ator na sociedade, vem junto com ele a instabilidade. A história brasileira, como a história da América Latina, só vai ter estabilidade quando essa periferia – as classes D e E – conseguir encontrar um lugar ao sol. O nosso grande desafio é de construir uma economia e uma educação que facilitem isso, que isso se faça não de uma maneira traumática, mas gradual e harmônica.

O SÉCULO 21 É MARCADO POR DOIS GIGANTES: ESTADOS UNIDOS E CHINA. COMO O BRASIL DEVE AGIR NESSE CENÁRIO E NAS RELAÇÕES BILATERAIS COM CADA UM DESSES PERSONAGENS?

A China é realmente a estrela do futuro. Não sabemos e não podemos dizer se continuará crescendo no ritmo que vem crescendo, mas há 30 anos eles vêm fazendo isso, algo que infelizmente não conseguimos, porque nosso fracasso na América Latina foi que nós não conseguimos crescer ininterruptamente durante 30 anos. Porque é isso que você precisa fazer para diminuir a distância que nos separa dos países avançados.

O posicionamento brasileiro deve ser o de buscar o seu desenvolvimento, aproveitando as oportunidades criadas por esse movimento da história, que é um movimento que não podemos parar. Mesmo se quiséssemos, é um movimento sobre o qual temos pouca influência. Então o que deveríamos fazer? Devemos investir cada vez mais em relações econômicas, comerciais e tecnológicas com os países asiáticos. Não me refiro apenas à China, mas também ao Japão, à Coreia do Sul, à Índia; no futuro, todos esses países no sudeste da Ásia, países que sempre representarão uma grande demanda por alimentos, proteína animal, pois estão se concentrando principalmente na área industrial, precisarão de matérias-primas. O Brasil precisa estabelecer um relacionamento frutífero com os países que irão representar e aumentar a demanda, que também podem investir aqui porque, você sabe, um dos problemas que está dificultando o desenvolvimento brasileiro é a nossa infraestrutura precária.

INVESTIR NO RELACIONAMENTO COM A CHINA E A ÁSIA SIGNIFICA ABRIR MÃO DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS?

Não, esse não é o nome do jogo, principalmente se o Brasil souber manter sua visão e autonomia de atuação no cenário internacional. É sensato, no caso do Brasil, manter sua independência, ter as melhores relações possíveis com todos, se possível ajudá-los a se entenderem, porque nossa vocação sempre foi uma vocação construtiva, de moderação, equilíbrio, sem se envolver em lutas que não são nossas! Tivemos um famoso ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, que disse: “Olha, o que eu mais odeio são aquelas pessoas que fazem questão de atravessar a rua para pisar em uma casca de banana do outro lado”. Então, não temos de pisar nessas “cascas de banana”, porque elas estão do outro lado, elas não estão do nosso lado.

COMO O SENHOR EXPLICA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO ATUAL GOVERNO?

Ideologia, porque este é um governo que vê o mundo através de lentes distorcidas. O primeiro passo para ter bons relacionamentos na política externa é saber ouvir o que está acontecendo ao redor do mundo. Saber entender as tendências, para onde

ele está indo. Hoje, as pessoas no poder têm um julgamento da situação mundial que é, pelo menos, pode-se dizer, extravagante. No Brasil, criamos uma ideia de nós mesmos, de sermos um país conciliador, que ama o equilíbrio, que não tem aspirações infantis de hegemonia, que busca conciliar opiniões, que procura evitar conflitos ao invés de criá-los, vem dos valores diplomáticos. Foi incorporado ao nosso conceito de nação. Podem dizer que isso é algum tipo de ideologia, e é verdade, mas é melhor ter uma ideologia positiva do que nos vermos como uma nação perigosa, conquistadora e militarmente forte. Esta não é a nossa tradição. A nossa é uma tradição em que a glória vem principalmente da diplomacia, e não da guerra.

**A EDUCAÇÃO E A SAÚDE
SERÃO, NO FUTURO, AS
GRANDES GERADORAS
DE OPORTUNIDADES
DE EMPREGO. MAS,
PARA ISSO, PRECISAMOS
QUALIFICAR AS
PESSOAS.**

JEAN GALVÃO
SETEMBRO 2019



REFLEXOS DO TAMANHO DO ESTADO

SERVIDORES POR MIL HABITANTES x GASTO PÚBLICO EM % DO PIB

Apesar da variação nos dados ao redor do mundo, ao ponderar a quantidade de servidores públicos por mil habitantes, por exemplo, o Brasil não apresenta um resultado tão negativo: apenas 2,9 a cada mil habitantes estão no serviço público. O índice é igual ao da Coreia do Sul, ligeiramente maior que o do Reino Unido (2,3), maior que o do México (0,6) e bem menor do que o da Noruega (43,3).

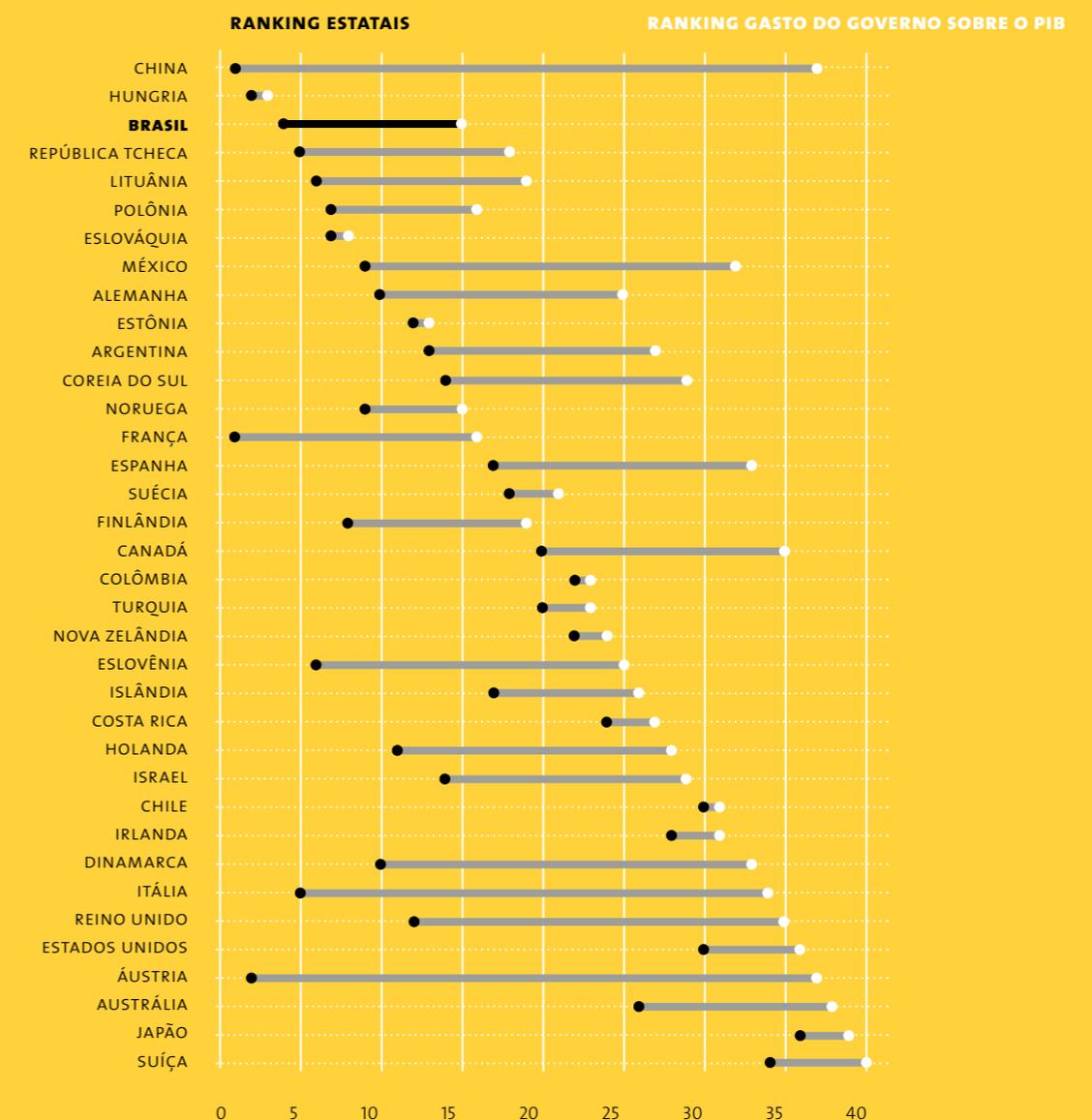
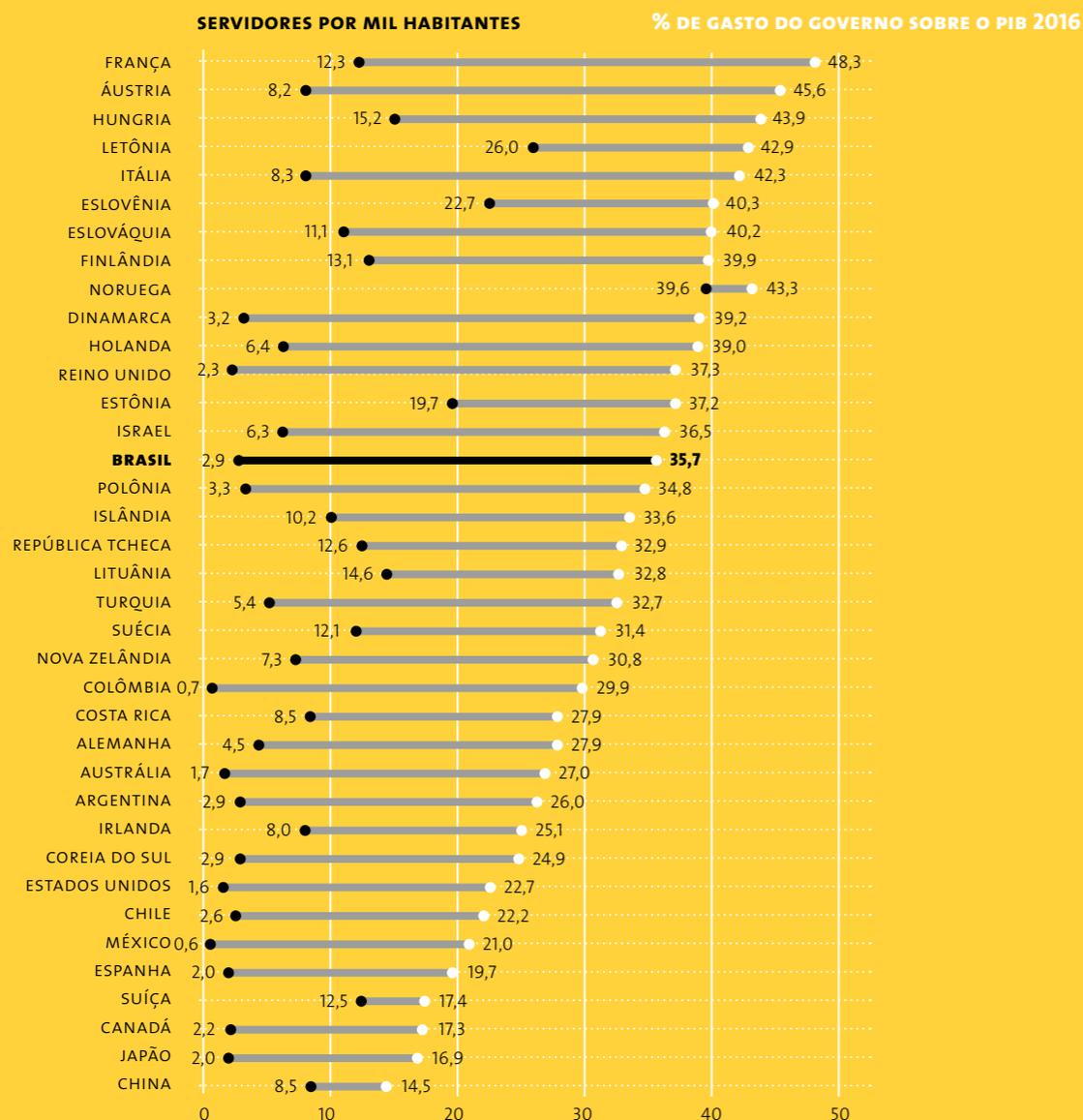
Não há também relação entre a proporção dos servidores públicos na população e a proporção de gasto estatal sobre o PIB. O Brasil usa 35,7% do PIB – mais de um terço – em gastos públicos, volume semelhante ao de Israel (36,5%). Nosso gasto público é bem menor que o da França (48,3%), que dispõe de um Estado de bem-estar social desenvolvido, e muito maior que o da China (8,5%).

INFOGRÁFICOS MARCELO SOARES

RANKINGS COMPARADOS: GASTO GOVERNAMENTAL x ESTATAIS

Também é possível comparar levantamentos de número de empresas estatais *versus* gasto estatal na proporção do PIB. A relação é bastante baixa. Apenas cinco países ocupam posições semelhantes nos dois rankings: a Hungria, a Eslováquia, a Estônia, a Colômbia e o Chile – que vem sendo palco de duradouros protestos em 2019.

O Brasil está bem atrás no ranking da proporção de gasto público sobre o PIB em relação ao ranking de estatais, mas nada comparado ao que ocorre na China. Na Áustria, é o contrário: está na rabeira do número de estatais, mas é o terceiro país em gasto público proporcional.



TECNOLOGIA COM FOCO EM INCLUSÃO FINANCEIRA

ENTREVISTA OTÁVIO MIRANDA
FOTOS CHRISTIAN PARENTE



Para assistir à entrevista na íntegra, acesse o código QR ou visite www.umbrasil.com.

BERN

O SÓCIO E CHEFE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA STONE ATRIBUI O SUCESSO DA EMPRESA A SOLUÇÕES QUE EFETIVAMENTE MELHOREM O DIA A DIA DO MICROEMPRESÁRIO. AO COMENTAR SOBRE O POSICIONAMENTO DA COMPANHIA DO SETOR DE PAGAMENTOS, **BERNARDO PIQUET** FALA AINDA SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS FINANCEIROS E DA TECNOLOGIA COMO PONTO DE PARTIDA PARA O CRESCIMENTO, ALÉM DE ENFATIZAR O PODER DE UMA CULTURA INSTITUCIONAL AGREGADORA DE VALORES, O QUE SEGUNDO ELE, FOI O QUE NORTEOU AS AÇÕES DA COMPANHIA.

A ENTREVISTA FOI REALIZADA EM PARCERIA COM A BRAZILIAN STUDENT ASSOCIATION (BRASA).

O BRASIL TEM UMA VEIA EMPREENDEDORA MUITO FORTE, MAS É TAMBÉM UM PAÍS COM FORTE INFORMALIDADE. COMO VOCÊ ENXERGA O FUTURO DO EMPREENDEDORISMO?

Há muitas oportunidades associadas não só à informalidade, mas à diversidade brasileira. No nosso ramo específico [*financeiro*], de pagamentos, isso soa como um ponto positivo. Essa diversidade de perfis traz com ela a diversidade de demanda, um motor importante para que vários empreendedores desenvolvam soluções que atendam à necessidade desse público tão diverso. Hoje, estamos presentes em centenas de municípios e temos percebido que, no interior, essa demanda é mal atendida, historicamente. Tanto em relação à informação como ao atendimento – e até mesmo a um produto ou a um serviço que seja exatamente o que o pequeno e o médio varejista precisa para reger o seu negócio. Temos percebido uma conexão muito forte com esses empreendedores que estão fora dos grandes centros.

COMO É A HISTÓRIA DO PRIMEIRO CLIENTE DA STONE?

Ele se chama Geraldo, e nós carinhosamente o chamamos de “mineiro”. No início dos nossos negócios, ficávamos no escritório no Rio de Janeiro, e um dia

ele bateu à nossa porta para vender os seus queijos, produzidos na cidade de Formiga, em Minas Gerais. Cada semana ele ficava em um lugar diferente: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. Numa dessas ocasiões em que ele foi em nosso escritório, pedimos, então, que ele testasse a máquina da Stone na venda dos seus produtos. Foi nossa primeira transação. Até hoje ele é nosso cliente, há quase cinco anos.

ELE REPRESENTA JUSTAMENTE ESSA DEMANDA DO INTERIOR, QUE EXIGE MAIS INTERAÇÃO COM O CLIENTE?

Quando começamos a oferecer nossos produtos a potenciais clientes, havia muita desconfiança, falta de entendimento e de conhecimento. Eles não conseguiam vislumbrar naquela oferta uma oportunidade que pudesse fazer seu empreendimento crescer. Tivemos de quebrar esse paradigma, e isso motivou uma troca muito intensa com nosso público. Sempre tivemos na companhia o pensamento de privilegiar o cliente acima de tudo. “Não que ele tenha razão, ele é a razão.” Temos um pessoal dedicado a entender esse cliente, como ele trabalha, de que forma toma decisões, como lida com seus pares e seus funcionários para, assim, termos condições de oferecer a ele os melhores serviço e atendimento.



**O MINDSET DA
COMPETIÇÃO – E ISSO
SIGNIFICA EDUCAR
EMPREENDEDORES,
CONSUMIDORES
E INVESTIDORES,
GERANDO MELHORIAS
CONTÍNUAS – É UM
CÍRCULO EXTREMAMENTE
VIRTUOSO.**

DE ONDE VEM ESSA CULTURA INSTITUCIONAL?

Mesmo com muitas oportunidades, é difícil empreender no Brasil, ainda mais nesse mercado. Não era tão óbvio assim. Já existia um padrão de funcionamento, e foi difícil, para quem estava chegando, querer mudar aquele modelo por não ser viável. Tínhamos de quebrar os paradigmas que já existiam, conquistar nosso cliente e dar capilaridade de distribuição, sendo basicamente um *player* autônomo. Durante esse processo, lidamos com diversas barreiras e muita desconfiança dos nossos mais variados públicos. Nossa cultura é nossa grande fortaleza e o farol que norteou todas as nossas ações, inclusive transformamos esses obstáculos em elementos de motivação, sempre na certeza de que eles não seriam o suficiente para frear o nosso crescimento. O que estávamos nos propondo como empresa era melhorar a vida desses pequenos e médios varejistas e mudar a antiga relação que tinham com os serviços financeiros em geral. Sou otimista em relação ao processo de construção de um relacionamento de confiança. Lidamos com dinheiro de terceiros, então, quando oferecemos uma maquininha, um serviço de pagamento, o cliente quer a segurança de que todo o volume que ele transacionar do seu estabelecimento – para pagamento de fornecedores, funcionários, etc. – vai, de fato, ser direcionado para o local correto. É um negócio muito sensível. Quando temos todo o time envolvido nessa missão e respirando o propósito de ajudar e melhorar a vida daquele varejista, conseguimos exercer uma troca de empatia muito forte e vivenciamos um exercício muito autêntico, porque ocorre no plano interno para o externo. Como manter esse laço que, no início, foi feito de forma “artesanal”? Usando a tecnologia a favor desse propósito, com consistência na entrega. Quando o cliente confia à Stone a captura das suas transações financeiras, caso haja qualquer dúvida ou gargalo, ele tem que ser atendido imediatamente. Isso diminui a insegurança. Hoje, temos uma das maiores notas da indústria – que sinalizam o quanto o seu cliente indicaria você a outra pessoa, no caso, outro empreendedor. O tempo médio de espera para um atendimento via telefone é de quatro segundos, e, em 86% dos casos, o problema é solucionado ali mesmo, durante aquela ligação. O

**O CLIENTE VEM
A COMEÇAR
QUE FAZ SOBRE
CONTRATANDO.
FINANCEIRO ESTÁ**

cliente tem mais tempo para investir no desenvolvimento do negócio dele.

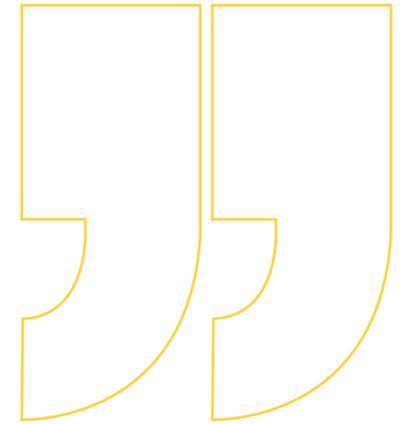
COMO VOCÊ DEFINE O CRESCIMENTO DA STONE?

Havia uma grande demanda por um tipo de serviço que ia ao encontro daquilo que nós acreditávamos e tínhamos capacidade de desenvolver. Tínhamos um cenário que nos permitia fazer o negócio acontecer somado a um propósito muito forte de conectar as pessoas. Isso fez com que crescêssemos rapidamente.

NA SUA VISÃO, O QUE AINDA FALTA PARA O BRASIL TER UM ECOSISTEMA EMPREENDEDOR MAIS ROBUSTO?

O *mindset* da competição – e isso significa educar empreendedores, consumidores e investidores, gerando melhorias contínuas – é um círculo extremamente virtuoso. É uma configuração muito próspera e que ainda sentimos falta no Brasil. Naturalmente que há também os desdobramentos na criação de legislações que deem o incentivo necessário para que pessoas consigam colocar seu negócio nas ruas e queiram, de fato, oferecer soluções, fazer melhor que a concorrência. Então, você tem círculo de entrega de eficiência, redução de custos,

**GANHANDO SOFISTICAÇÃO,
PELO TIPO DE PERGUNTA
OS SERVIÇOS QUE ESTÁ
A DISCUSSÃO DO PRODUTO
SE DEMOCRATIZANDO.**



inovações, criação de tecnologias, demandas por mão de obra qualificada. Esse já um pensamento lá fora. O fomento à competição é muito importante.

COMO O MERCADO FINANCEIRO DEVE SE ORGANIZAR PARA ENTENDER O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR, QUE ESTÁ O TEMPO TODO INTERAGINDO EM MEIO DIGITAL?

O mercado de pagamentos está passando por um processo de transformação no Brasil, por exemplo, com o surgimento de várias fintechs e novos modelos de tecnologia para pagamentos, refletindo o que já acontece em vários lugares do mundo. O País tem uma distribuição per capita de smartphones muito significativa. Isso já mostra como as pessoas estão se relacionando com os meios eletrônicos de pagamento de outra forma. Há também um aspecto cultural a ser observado. É importante nos inspirarmos em outros países, mas, ao transpor essa realidade para o Brasil, é necessário observar como o brasileiro se relaciona com a tecnologia: onde ele gasta o seu tempo, qual o nível de desconfiança dele em relação a determinados serviços, como é a sua infraestrutura para viabilizar o desenvolvimento de

uma nova tecnologia, entre outras coisas. Já estamos em um processo rico em desenvolvimento. O cliente vem ganhando sofisticação, a começar pelo tipo de pergunta que faz sobre os serviços que está contratando. A discussão do produto financeiro está se democratizando. Estamos ganhando um nível de consciência relevante. Entramos em uma via de mão única: do desenvolvimento, de inclusão e educação financeira, de democratização de serviço e de tecnologia chegando na ponta.

ADÃO ITURRUSGARAI
AGOSTO 2018



LEIS A FAVOR DO EMPREGO

EDUARDO PASTORE,
advogado e consultor da FecomercioSP

É certo que nenhuma lei isolada é capaz de criar emprego. Quando muito, no âmbito das relações de trabalho, podem estimular – mas não gerar empregos.

Se uma lei sozinha tivesse esse alcance, não teríamos um só desempregado no Brasil, tendo em vista a enormidade de leis existentes no campo trabalhista.

A legislação pode, no entanto, ajudar a amenizar os problemas do avanço do desemprego e auxiliar na oferta de novos postos de trabalho. Esse foi um dos objetivos da lei que culminou na Reforma Trabalhista (n.º 13.467/17) e da Lei da Liberdade Econômica (n.º 13.874/19). Ambas estão voltadas, no âmbito do trabalho, a proporcionar segurança jurídica para as empresas, proteção social para os trabalhadores e melhoria do ambiente de negócio no Brasil.

A primeira trouxe várias novidades, sendo um de seus pilares criar liberdade de negociação, permitindo que empregados e empregadores negociem diretamente alguns direitos (somente alguns). Esse dispositivo permite que patrões e empregados possam decidir o que é melhor para ambos. Por exemplo, negociar entre si o fracionamento de férias, a demissão por acordo, o banco de horas e o trabalho a distância.

A Lei n.º 13.467/17 não permite, ao contrário do que alguns acreditam e propagam, que todos os direitos trabalhistas sejam negociados diretamente entre patrões e empregados. Também não se pode aceitar o argumento de que é impossível empregados e empregadores negociarem seus interesses porque o patrão, dono do capital, sempre irá impor sua vontade sobre o trabalhador, inferiorizado economicamente.

O diálogo entre as partes interessadas no trabalho é perfeitamente possível. O que ocorre de fato é que a Lei n.º 13.467/17 trouxe ajustes importantes. A prática da negociação direta entre empregados e empregadores é uma questão cultural e vai exigir conhecimento gradual das partes, até porque historicamente parte dos brasileiros não tinha tal autonomia. Ainda que sejam poucos os direitos que possam ser negociados, empregados e empregadores devem exercer tal prerrogativa, nos termos do que está na Lei n.º 13.467/17. É, sim, possível conciliar segurança jurídica a quem gera emprego e proteção ao trabalhador.

A Lei da Liberdade Econômica, sancionada em 2019, vai no mesmo sentido: tem o objetivo de facilitar o empreendedorismo. Sabemos que não existe emprego sem empresas, e a Lei da Liberdade Econômica veio para desburocrati-

zar e facilitar a vida delas – que geram empregos. Investimento, novas empresas, novos negócios são possíveis onde há liberdade para empreender. Quem ama o emprego, ama a empresa, ainda que negue. Empresa é sinônimo de emprego, que por sua vez é o alimento da economia. Eis o motivo da formulação de uma lei com esse nome.

Penso que essas duas leis têm potencial para ajudar o Brasil a sair do flagelo de quase 13 milhões de desempregados. A primeira, com dois anos de promulgação, já começou a surtir efeitos neste sentido. A segunda tende a desamarrar obrigações desnecessárias até então obrigatórias aos empregadores brasileiros.

Fortalecer o ambiente das pequenas e médias empresas com regulações claras é o caminho a ser seguido pelo Brasil. Os frutos serão colhidos num futuro próximo.

JEAN GALVÃO
NOVEMBRO 2018





Para assistir à entrevista na íntegra, acesse o código QR ou visite www.umbrasil.com.

GUILHERME

O PAPEL SOCIAL DAS EMPRESAS

ENTREVISTA HUMBERTO DANTAS
FOTOS CHRISTIAN PARENTE

LEAL

A NATURA É SINÔNIMO DE ATUAÇÃO ECOSSUSTENTÁVEL. UM DOS RESPONSÁVEIS POR ESSA IMAGEM É **GUILHERME LEAL**, INTEGRANTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA E FUNDADOR DA REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE (RAPS). O ENVOLVIMENTO DA COMPANHIA COM PRODUTORES LOCAIS SURTIU, EM BOA PARTE, DO ENTENDIMENTO DE LEAL DE QUE NINGUÉM É CAPAZ DE FAZER A DIFERENÇA SOZINHO. PARA O EXECUTIVO, A MISSÃO DE UMA CORPORACÃO NÃO SE LIMITA AO LUCRO. SEU PAPEL É SER "AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, NÃO APENAS DE RIQUEZA REDISTRIBUÍDA PARCIALMENTE POR MEIO DE RENDA, SALÁRIO E IMPOSTOS, MAS CULTURALMENTE, PELAS POTÊNCIAS DE INOVAÇÃO E DE CONEXÃO".

COMO SUA EXPERIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E SUA POSTURA DE INCENTIVADOR NO ENVOLVIMENTO DE PESSOAS EM INICIATIVAS POLÍTICAS CONTRIBUEM PARA SUA REFLEXÃO ACERCA DA DEMOCRACIA?

Trabalhando em uma empresa estatal, aos meus vinte e pouco anos, percebi que teria alguns problemas para contribuir, de fato, para o desenvolvimento das condições de vida da população. A burocracia e as complexidades de interesse que existiam ali me fizeram perceber que por aquele caminho eu não daria minha maior contribuição para o desenvolvimento social – e até pessoal. Foi então que entrei no ramo empresarial, juntando-me a essa história da Natura, já prestes a completar 50 anos. Ali, reforcei minha percepção do poder do empreendedorismo porque, naquele momento, a Natura era uma marca desconhecida no Brasil. Fui juntando a história de que a transformação, primeiro, está em nós mesmos. A década de 1990 foi um período em que a organização da sociedade civil ganhou uma grande dimensão e era preciso nos organizarmos nas diversas entidades. Por outro lado, as empresas têm um papel importante: são engendradoras de grandes processos de desenvolvimento e de grandes problemas que enfrentamos globalmente. Fui, então, me envolvendo nessas dimensões de cidadão, empresário e de empresário-cidadão. O papel da empresa é ser agente de transformação social, uma produtora de progresso social não apenas de riqueza redistribuída parcialmente por meio de renda, salário e impostos, mas culturalmente, pelas potências de inovação e de conexão. Fui participando desse processo de empresa, exercendo ativamente a cidadania, e, num certo momento, tive contato com a política, em 2010. E isso me trouxe a percepção de que sem uma política e um Estado melhores, desenhados para servir à população, não se produziria – por mais que existissem boas ONGs e empresas – escala necessária para uma mudança positiva.

E QUAL SERIA O ENDEREÇAMENTO PARA ESSAS TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS?

Ao longo dessa trajetória, fui me convencendo da necessidade da conjugação desses múltiplos interesses para a transformação que buscamos. A interdependência de tudo e de todos era um dos alicerces fundamentais que nós explicitamos: se

queríamos o bem-estar da parte, precisaríamos lutar pelo bem-estar do todo. O nosso grande objetivo ao longo desses quase 50 anos tem sido mostrar que é possível juntar conservação com produção; e cidadania com lucratividade e com geração de riquezas. É nisso que tenho me envolvido, tentando dar uma contribuição nos movimentos de forte propensão global, porque os desafios, hoje, têm essa dimensão. A democracia está enfrentando desafios, não apenas no País, mas em muitos lugares do mundo. Vamos com preocupação esses movimentos mais populistas, de cunho conservador e que questionam a própria democracia na sua essência. Depois das eleições de 2010, tive a convicção de que grandes ideias se discutem nas eleições gerais para presidente, mas a transformação se dá no município. Então, temos de pensar em vereadores, em prefeitos, nas diversas posições de liderança política que se distribuem e na maneira como se organiza o poder.

COMO ROMPER A BARREIRA CULTURAL DA POLÍTICA, QUE NÃO RESPEITA A DIVERSIDADE DE ATUAÇÃO DAS PESSOAS NA VARIEDADE DE AMBIENTES DO PAÍS?

É óbvio que os partidos, surgidos no século 17 para organizar a representação política, são fundamentais, mas acredito que a essência da política seja a percepção da cidadania, que é diferente para cada um. Os contextos e as comunidades são diversos, com suas características próprias; então, acho que dar algum apoio instrumental para que esses cidadãos possam ser agentes políticos relevantes é construir sociedades com menos desigualdade, com maior contemplação dos interesses de todos. Com todo respeito aos partidos, mas eles não podem ter o monopólio do exercício da democracia e da vivência democrática. Eles podem ter o monopólio da representação, da organização dos congressos, mas o exercício da cidadania é muito mais amplo, uma cultura a ser quebrada.

EM QUE MOMENTO A NATURA CONSEGUIU UNIR EMPREENDEDORISMO COM SUSTENTABILIDADE?

Foi no começo da década de 1990, mais ou menos, simultaneamente à Rio 92, quando essa questão ambiental-climática estava começando a ganhar força. Nós, cinco pequenas empresas até então, estávamos nos fundindo e fomos para o divã pensar o

**SE QUERO
CONSTRUIR,
PRECISO CUIDAR
DO TODO, E ISSO
É O CONCEITO
BÁSICO DE
SUSTENTABILIDADE.**

que queríamos ser. Se quero construir, preciso cuidar do todo, e isso é o conceito básico de sustentabilidade. Como é que eu cuido das gerações futuras? Sou leal ao legado que recebo das gerações anteriores, do patrimônio natural, e como é que isso pode ser cuidado, preservado, utilizado de maneira inteligente e transferido para as novas gerações? Não são os iluminados que irão nos salvar. Somos todos nós. E [essa postura] vem também de uma insatisfação total e indignação, da incapacidade de conviver com as desigualdades, ou seja, não é sustentável ter o grau de desigualdade que vivemos na nossa sociedade historicamente.

O QUE É NECESSÁRIO MUDAR PARA ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO?

Neste país, ser empreendedor é quase heroico, mesmo porque a burocracia, o sistema – que eu quase não chamaria mais de sistema tributário – é disfuncional. É óbvio que precisamos, primeiro, de um Estado que tenha as contas arrumadas. Para isso, a Reforma da Previdência é fundamental, assim como a Reforma Tributária. Quando se mexe com a Reforma Tributária, existem interesses federativos conflitantes da agricultura, da indústria, dos serviços. É uma miríade de diferentes interesses, por exemplo, de quem tem isenções e quer se defender e de quem está incomodado com a falta de horizontalidade de regras. Não existem soluções mágicas, as transições são longas, mas fundamentais. A simplificação, que vai em direção ao mais óbvio, um imposto de valor agregado sobre bens e serviços, não resolve tudo, mas é parte importante da criação desse ambiente de negócios mais favorável ao empreendedorismo. Advogo por um Estado forte que possa regular as ações entre os diversos entes econômicos e sociais, preservando o equilíbrio de forças entre os diversos elementos. Um Estado que, essencialmente, cria condições para que o empreendedorismo prospere.

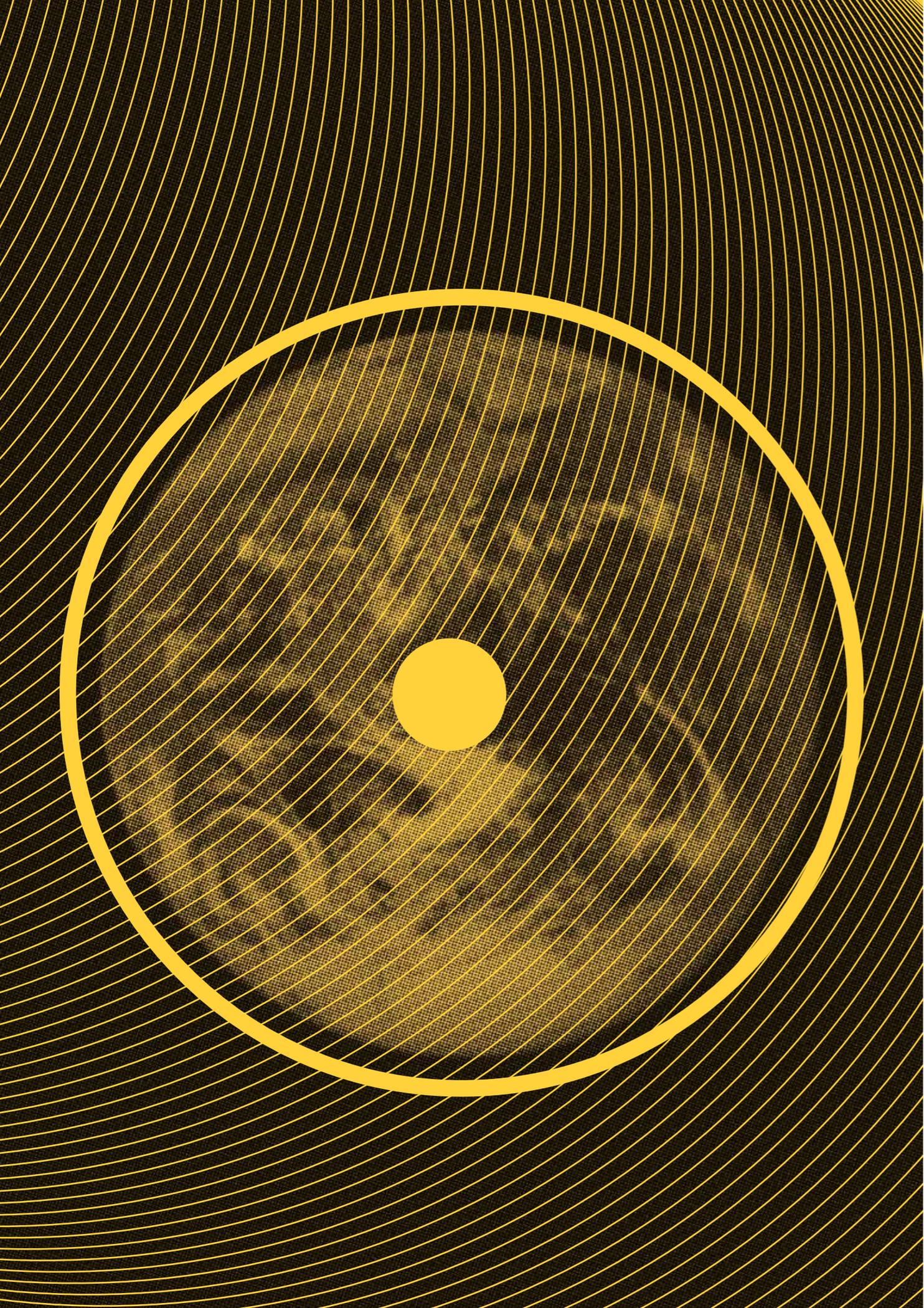
ALGUMAS PESSOAS QUESTIONAM AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA, ENQUANTO OUTRAS DEFENDEM QUE O LOCAL DEVERIA SER TRANSFORMADO EM TERRITÓRIO INTERNACIONAL. ONDE CONSEGUIMOS ENCONTRAR UM PONTO DE EQUILÍBRIO PARA DISCUTIR SUSTENTABILIDADE?

Vivemos um momento de extremismos. A única vantagem dessa falta de bom senso é que jogou mais luz sobre os problemas e as oportunidades que surgiram, inclusive no meio acadêmico internacional, mostrando que um dos vetores mais relevantes para enfrentar as mudanças climáticas e conseguir conter o aquecimento é a questão do reflorestamento, o mais eficaz, em curto e médio prazos, do que todos os outros instrumentos. Temos uma Amazônia cuja influência é relevante para os mais diversos interesses. O que vejo com bons olhos é que a questão não pode ser mais jogada para debaixo do tapete. Existe um confronto, uma necessidade de se colocar mais luz e bom senso, ciência e informação para lidar com essa questão. Não acredito nessa internacionalização, na teoria conspiratória que sempre circundou no imaginário, principalmente de algumas lideranças militares. Tivemos protagonismo e uma presença relevante, inclusive, na conciliação dos grandes temas. O papel relevante do Brasil para construir consenso para o Acordo de Paris é reconhecido. Estamos perdendo isso, desintegrando. A política atual de contestação de que, se as terras indígenas não forem abertas para o garimpo, será uma tentativa de internacionalização da Amazônia, não encontra suporte científico. Não existe nenhuma experiência global que pudesse dar sustentação a uma tese dessa natureza. É absurda a negação dessa relevância [da Amazônia] e achar que, pura e simplesmente abolir toda e qualquer regra vai levar a alguma coisa. Vai levar à apropriação do bem público por grupos de interesses muito específicos, a maioria, clandestinos. Nosso envolvimento tem sido trazer o diálogo, o bom senso e a experiência de que é possível e, junto com comunidades, produzir inovação e gerar riqueza.



CACO GALHARDO
SETEMBRO 2018





EM BUSCA DE MAIS ESPAÇO NO MUNDO

OS PRÓXIMOS ANOS PODEM SER DECISIVOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO DAR AO PAÍS UM LUGAR DE DESTAQUE NA ECONOMIA GLOBAL. OS BENEFÍCIOS FUTUROS DESSE NOVO CENÁRIO, COM REDUÇÃO DE TARIFAS E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS, REPERCUTEM MUITO ALÉM DO SETOR. EXPANDIR A ABERTURA COMERCIAL É VITAL PARA DINAMIZAR A ATIVIDADE ECONÔMICA NACIONAL. ENTRETANTO, PARA EFETIVAR ESSA AGENDA, É PRECISO SUPERAR DESAFIOS QUE VÃO DA APROVAÇÃO DAS REFORMAS ESTRUTURAIS À REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL

TEXTO LEDA ROSA
FOTOS CHISTIAN PARENTE
EDIÇÃO LUCAS MOTA

“Tecnicamente, têm sido criadas condições para que mude o cenário. O Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi ratificado internamente no Brasil e vai começar a produzir frutos, reduzindo custos e atraindo novos investidores, assim como o portal único do comércio exterior, que está diminuindo a burocracia. Também são fundamentais, em termos de infraestrutura, as novas concessões e privatizações que têm sido feitas, além de reformas como a da Previdência e a Tributária. Por enquanto, o Ministério da Economia está no caminho certo, dando uma resposta que nos interessa”, diz o presidente-executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

“Como a inclusão da importação no portal único fica pronta daqui a dois anos, estou acreditando que 2021 é o ano da virada do comércio exterior brasileiro. Estamos criando condições para o Brasil começar a ter uma outra postura no mercado internacional”, afirma Castro.

As vantagens do comércio internacional ficam claras na lista dos dez maiores exportadores da OMC, que reúne 164 países e representa 98% do comércio do planeta. Do total, oito também são as maiores economias mundiais. “Em uma radiografia detalhada, é possível identificar características comuns na ascensão econômica de diferentes países – Japão, Alemanha, Singapura, Coreia do Sul, China –, e não há um único milagre nessas últimas oito décadas que tenha sido feito sem ênfase especial no comércio exterior como mola propulsora do crescimento”, afirma o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo.

Segundo ele, “nossa fatia no comércio internacional é muito pequena, oscila entre 1% e 1,3%. Se você somar tudo o que o Brasil importa com tudo o que exporta, dá só 22% ou 23% do Produto Interno Bruto (PIB). É uma das menores proporções dentre as maiores economias do mundo. Somos um país fechado e precisamos nos abrir. Estamos trabalhando pela inserção internacional do Brasil de forma responsável até 2022, atuando nos acordos internacionais e na questão tarifária, simplificando processos, diminuindo impostos e integrando a economia”.

Mas nem sempre foi assim. Em 1980, por exemplo, o Brasil exportava mais que China, Coreia do Sul, México e Índia. Hoje, os números mudaram. Naquela época, o Brasil respondia por 0,99% das exportações mundiais. China e Coreia estavam em 0,88%; México, 0,82%; e Índia, 0,44%. Em 2018, a China passou para 12,77%; a Coreia, para 3,11%; o México, para 2,31%; e a Índia, para 1,67%. O Brasil totaliza apenas 1,23%.

Apesar de ser a nona maior economia do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil ocupa o 27º lugar no ranking dos países exportadores da OMC. “Não aumentamos nossa participação no mercado externo justamente porque não temos competitividade, nosso custo é tão elevado que não oferecemos preços competitivos para exportar para Estados Unidos, Europa. Isso por causa do famoso custo Brasil, que encarece em 30% o produto brasileiro, em média”, diz Castro, e frisa: “Os problemas do Brasil são internos, as soluções também”.

CUSTO BRASIL

Segundo a AEB, basicamente, os três componentes de maior peso no custo Brasil são os gastos logísticos, tributários e os provenientes da burocracia. “Nossa logística é insuficiente, deficiente e onerosa. Por quê? Temos portos não adequados, estradas ruins. Isso eleva o custo”, avalia o presidente-executivo da entidade.

Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2016), o excesso de burocracia no setor portuário causa demora nas liberações da carga e da documentação e atraso nas obras de infraestrutura. Na prática, o prejuízo oscila entre R\$ 2,9 bilhões e R\$ 4,3 bilhões ao ano. No caso da demora nas obras de infraestrutura, pode haver redução de mais de R\$ 6,3 bilhões na geração de caixa aos investidores.

Em relação à burocracia, outro levantamento da CNI (2017) aponta o Brasil como um dos países que mais exige licenciamento no mundo. O processo de liberação de um NCM [*nomenclatura comum do Mercosul*] pode envolver até seis órgãos. Segundo a pesquisa, 23% das exportações brasileiras passaram por 46 procedimentos diferentes, geridos por 12 órgãos. Em 59% das im-

portações, foram contabilizadas 72 obrigações, comandadas por 16 instâncias oficiais.

Com a efetivação do portal único do comércio exterior, que consolida 22 órgãos atuantes no comércio internacional em um só lugar, quem trabalha diretamente com a alfândega já percebe melhorias. “São palpáveis os avanços contra a burocracia conquistados com a implementação da Declaração Única de Exportação (DU-E) no portal. Em 2017, a estimativa era de que, com a implantação da DU-E, o tempo de liberação das cargas de exportação cairia de 12 para 8 dias. Hoje, está em 6,3 dias. Naquela época, a Receita Federal utilizou 835 mil documentos nesse processo, e, em 2018, foram 135 mil documentos”, destaca o presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Bayard Umbuzeiro Filho. Em relação ao sistema tributário, “as exportações são desestimuladas tanto pelo crédito inferior ao montante efetivamente recolhido na cadeia de produção como pela morosidade na sua devolução”, detalha levantamento da CNI (2014), segundo o qual 60% das grandes empresas exportadoras confirmaram que o acúmulo de créditos tributários afeta a decisão de exportar.

Nesse sentido, uma iniciativa planejada pelo Ministério da Economia – mas ainda não posta em prática – já ganha elogios: a redução gradual em 10% das tarifas de importação. “Muito positivo, porque dá tempo para os empresários se adaptarem, ao longo

dos quatro anos desse governo, com 1% no primeiro ano, 2% no segundo, 3% no terceiro e 4% no quarto. Isso mostra que o ministro Paulo Guedes tem clareza e está fazendo uma política de Estado, propiciando um processo de adaptação das empresas brasileiras, especialmente as de menor porte”, diz o professor de Relações Internacionais do Ibmec, Marcelo Suano.

“O grande acordo que o Brasil precisa fazer é com ele mesmo em termos de entraves logísticos. O País precisa ficar mais rápido, menos oneroso e ‘prender menos’. Ao cortar as amarras, vamos ficar mais leves e avançar”, afirma Troyjo.

O MODELO BRASILEIRO FECHADO DE SE PROTEGER SE ESGOTOU. SOU A FAVOR DA ABERTURA COM TROCA. TEMOS DE SABER O QUE QUEREMOS DO MUNDO. NÃO ADIANTA FAZER ACORDOS COM OS BRICS, PORQUE ELES PRODUZEM AS MESMAS COISAS QUE NÓS. A LÓGICA ATUAL É: ELES QUEREM MERCADO, E NÓS QUEREMOS TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

VERA THORSTENSEN, professora da Escola de Economia de São Paulo da FGV, coordenadora do Centro do Comércio Global e Investimento (CCGI) e titular da Cátedra OMC no Brasil



VALE QUANTO PESA

“O Brasil é um exportador de peso, no sentido de peso pesado mesmo, não em termos de importância”, ressalta Castro, em referência ao fato de a cesta exportadora nacional ser majoritariamente composta hoje por commodities, que têm baixo valor comercial. Segundo dados do Ministério da Economia, os dez principais itens exportados pelo Brasil em 2018 foram soja, petróleo, minério de ferro, carne de frango, farelo de soja, carne bovina, café em grãos, avião, milho e automóvel.

A classificação de produto em “básico”, “manufaturado” e “semimanufaturado” depende do grau de elaboração. Os básicos, ou commodities, são aqueles comercializados em estado igual ou próximo ao encontrado na natureza. Os manufaturados são industrializados, com maior valor agregado. Os semimanufaturados são os comercializados antes da forma final de consumo – como a celulose antes de ser transformada em papel. Em 2018, as commodities somaram metade das vendas do País no exterior, segundo o Ministério da Economia. Do total de US\$ 239 bilhões, os itens básicos responderam por US\$ 119 bilhões, na maior proporção desde o início da série histórica, em 1980.

Para analistas, o Brasil deveria incrementar a pauta de manufaturados, que têm maior valor agregado, geram emprego e renda mais qualificados e não estão sujeitos às flutuações de preço do mercado, impostas pelos países importadores. Por causa do custo Brasil, a maior parte dos manufaturados nacionais vai para a América do Sul, com destaque para a Argentina. Eles destacam que, se tivesse preços competitivos, o Brasil venderia esses itens, além da América do Sul, que representa só 3% das importações mundiais, para os países do Nafta, o acordo de livre-comércio que reúne Estados Unidos, Canadá e México, responsáveis por 18%; para a União Europeia, que responde por 35%; e para a China, que soma 32%.

Hoje, do total de mercadorias exportadas, as commodities representam 65%, e os manufaturados, 35% das exportações nacionais, segundo o Ministério da Economia. Não faz tanto tempo que o quadro era completamente invertido, de acordo com dados do governo federal. Em 2000, os manufaturados representavam 60%, e as commodities, 40%. “Houve uma perda muito grande da participação de produtos de maior valor agregado em decorrência de um conjunto de fatores, entre os quais o principal é o custo Brasil. A balança comercial desses itens fechou 2018 com déficit e deixaram de ser gerados cerca de 3 milhões de empregos”, diz Castro.

Apesar do recuo dos manufaturados, a balança comercial do Brasil (resultado das exportações menos as importações) continua superavitária. Em 2018, segundo o Ministério da Economia, as exportações alcançaram US\$ 239,2 bilhões, alta de 9,6% frente ao período anterior. As importações somaram US\$ 181,2 bilhões, crescimento de 19,7%. O saldo da balança comercial foi de US\$ 58 bilhões, o segundo melhor

desempenho registrado desde 1989. As exportações dos produtos básicos avançaram 17,2%, totalizando US\$ 118,9 bilhões. Já os manufaturados tiveram alta de 7,4%, somando US\$ 86,6 bilhões. Semimanufaturados caíram 3,1% na comparação anual, chegando a US\$ 30,6 bilhões. As importações também se ampliaram no preço e na quantidade. Os valores subiram 5,7% e, o volume, 13,5%. Combustíveis, insumos e bens de capital foram os principais itens importados. Neste século, o Brasil registrou saldo negativo na balança comercial apenas em dois anos: 2000 e 2014.

DESACELERAÇÃO GLOBAL E NOVAS PARCERIAS

No cenário internacional, 2020 não traz motivos para festa. Segundo especialistas, no melhor dos cenários, o ano que vem será ruim. No pior, trará a consolidação de uma recessão global, provocada, em sua maior parte, pela guerra comercial entre Estados Unidos e China. Regiões como a União Europeia já amargam sucessivas quedas em seus principais indicadores comerciais, e a OMC reduziu sua projeção de crescimento do comércio global para 2,7%. Em abril, era 3%.

“Quando olhamos para 2020, para a recessão que está lá fora, para as dificuldades de comércio, nós deveríamos de alguma forma pensar que o mundo tem, neste momento, uma grande solvência, ou seja, o dinheiro está empoeçado. Nós deveríamos disputar esse dinheiro, que vai entrar aqui a partir de uma atitude mais estável, de maior controle da situação interna, presença mais equilibrada”, afirma o professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Leonardo Trevisan.

Para o professor do Insper e membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACInt), do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Eduardo Lins da Silva, “as perspectivas não são boas para nenhum país. Os mais recentes números indicam que o comércio global diminuiu muito nos últimos anos – e, principalmente, neste ano em função da guerra comercial”.

Apesar das sombras sobre o Velho Continente, para o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do GACInt, Alberto Pfeifer, o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, fechado

em junho, é o primeiro passo para a volta do País ao jogo da economia global de ponta: “Trata-se da reinserção internacional do Brasil, uma economia fechada que, nos últimos 20 anos, negociou só três acordos comerciais de pouquíssimo impacto na nossa balança comercial”.

O acordo ampliará o acesso preferencial dos produtos brasileiros dos atuais 8% para 25% do comércio mundial, em um mercado de 780 milhões de pes-

COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

27º LUGAR no ranking dos países exportadores da OMC

DEZ PRINCIPAIS ITENS exportados em 2018: soja, petróleo, minério de ferro, carne de frango, farelo de soja, carne bovina, café em grãos, avião, milho e automóvel

COMMODITIES somaram metade das vendas do País no exterior em 2018. Do total de US\$ 239 bilhões, os itens básicos responderam por US\$ 119 bilhões

Em 2018, as **EXPORTAÇÕES** alcançaram US\$ 239,2 bilhões, alta de 9,6% frente ao período anterior. As importações somaram US\$ 181,2 bilhões, crescimento de 19,7%

O **SALDO DA BALANÇA COMERCIAL** foi de **US\$ 58 BILHÕES**, o segundo melhor desempenho registrado desde 1989

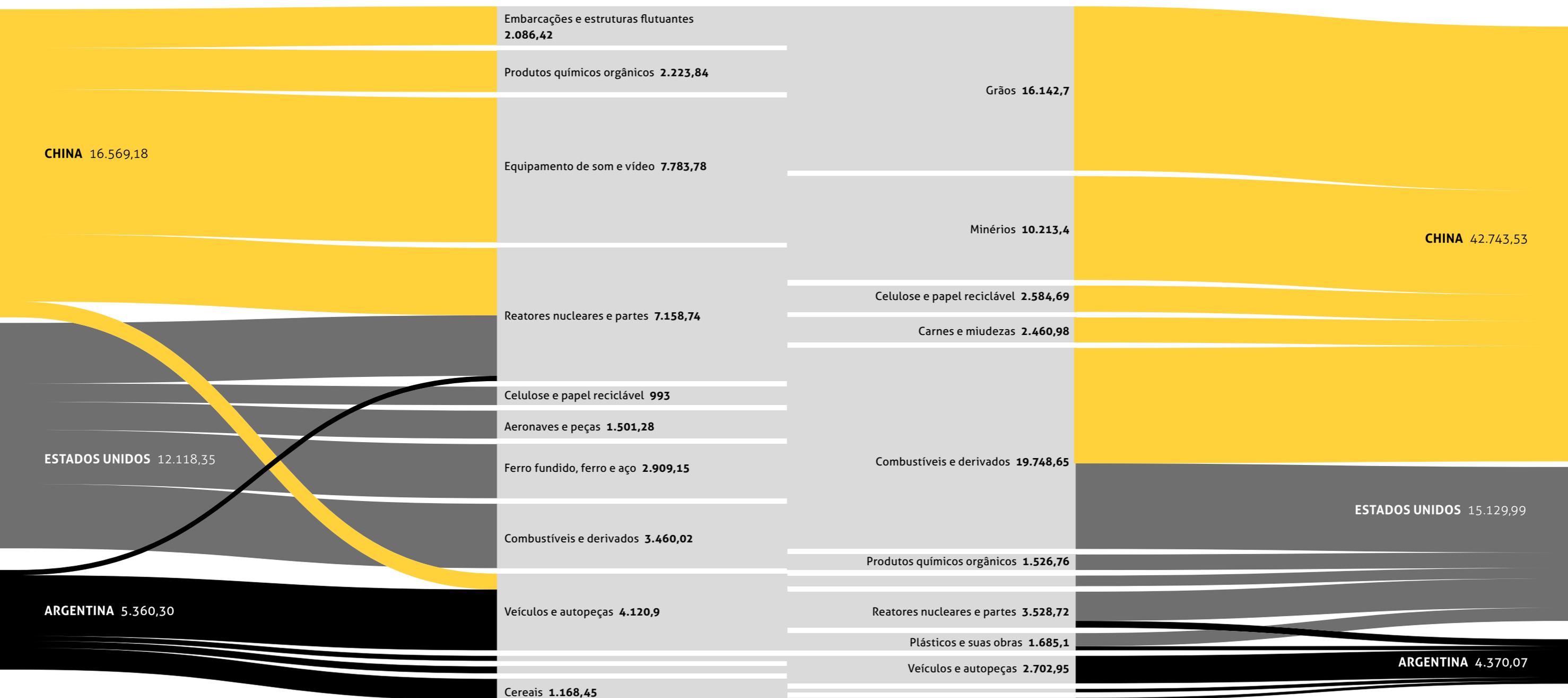
FONTES: Ministério da Economia e OMC



Oliver Stuenkel, professor de Relações Internacionais da FGV, aposta na parceria econômica entre Brasil e China

BRASIL COMPRA

BRASIL VENDE



As importações nacionais são, basicamente, de itens industrializados de maior valor agregado. Estão entre as cinco principais compras: mercadorias manufaturadas em geral; medicamentos para medicina humana e veterinária; óleos combustíveis; plataformas de perfuração ou de exploração e dragas; e partes e peças para veículos automotivos e tratores

O forte da cesta exportadora brasileira são as commodities, categoria que reúne as mercadorias comercializadas em estado igual ou próximo ao encontrado na natureza. Vendemos soja triturada, óleos brutos de petróleo, minério de ferro e seus concentrados, celulose e milho em grãos

INFOGRÁFICOS MARCELO SOARES

VALORES EM DÓLARES (EM MILHÕES)
PERÍODO: JANEIRO A SETEMBRO DE 2019

Fonte: Ministério da Economia

EM UMA RADIOGRAFIA DETALHADA, É POSSÍVEL IDENTIFICAR CARACTERÍSTICAS COMUNS NA ASCENSÃO ECONÔMICA DE DIFERENTES PAÍSES – JAPÃO, ALEMANHA, SINGAPURA, COREIA DO SUL, CHINA –, E NÃO HÁ UM ÚNICO MILAGRE NESSAS ÚLTIMAS OITO DÉCADAS QUE TENHA SIDO FEITO SEM ÊNFASE ESPECIAL NO COMÉRCIO EXTERIOR COMO MOLA PROPULSORA DO CRESCIMENTO.

MARCOS TROYJO, secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia

soas com PIB perto dos US\$ 20 trilhões. “É excelente para o Brasil, para as economias do Mercosul, uma refundação da economia nacional, distanciando-se dessas velhas amarras do processo de substituição de importações. É um acordo que vincula o País às cadeias globais de valor”, defende Troyjo. Para o professor de Relações Internacionais do Ibmec, Alexandre Pires, “o acordo sinaliza que o Brasil tem poder de aliança comercial com países do hemisfério ocidental, e isso pode facilitar novas indústrias, novos mercados, novas rotas e certo ganho de escala no

nosso sistema de escoamento de bens para o mercado externo”. “Foi o primeiro grande feito do governo brasileiro até agora”, opina o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) nas áreas de Administração Pública, Ciência Política e Relações Internacionais, Guilherme Casarões. Ele ressalta que era a última chance de ocorrer a assinatura entre os blocos, por causa do problema econômico gravíssimo que ocorre na Argentina e do ambiente hostil na Europa, em um momento de crise e inflexão em razão do Brexit – saída do Reino Unido da União Europeia – ainda não totalmente resolvido e um Parlamento Europeu totalmente eurocético que tomou posse em julho.

Mesmo com tantos méritos, o enlace entre os dois blocos não está isento de desafios. Para o embaixador e vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), José Alfredo Graça Lima, o texto é suscetível de indagações. Um exemplo é o trecho que trata do setor automotivo e determina a liberalização, ao longo de 15 anos, e a abertura da cota tarifária apenas para a União Europeia, o que não é permitido pela OMC. “Você não pode discriminar para um país ou grupo de países o acesso a um setor.” Ele acrescenta que, nesse exemplo, como as partes que podem se considerar lesadas – no caso, Japão e Coreia – são membros da OMC e não partes do acordo, o normal será que o caso seja analisado na OMC, seguindo o ritual de solução de controvérsia da organização.

A ausência do Brasil nas Cadeias Globais de Valor (CGV), que povoam a Ásia, é outro indicativo das deficiências da economia nacional. As CGVs são estruturas produtivas que envolvem a participação de diversos agentes econômicos em espaços nacionais até a concretização do bem final. Por exemplo: para se produzir um automóvel, o design pode ser feito na Itália; a engenharia, na Alemanha, etc., peças são produzidas em várias partes do mundo, montadas em outro lugar e, finalmente, o carro pronto é vendido em todo o mundo.

Além da União Europeia, o Mercosul fechou acordo com a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta), formada por Suíça, Islândia, Noruega e Liechtenstein, países de fora da zona do euro. No alvo dos membros do mercado comum sul-americano, ainda estão parcerias com Coreia do Sul e Canadá. Isoladamente, o Brasil tem avançado nas ne-



“O mundo voltou a ser asiocêntrico, como foi por séculos e séculos”, afirma Marcos Jank, professor sênior de Agronegócio Global do Insper

gociações de um tratado comercial com os Estados Unidos que não envolveria questões tarifárias, cujo âmbito é exclusivo do Mercosul.

NOVOS RUMOS

“O modelo brasileiro fechado de se proteger se esgotou. Sou a favor da abertura com troca. Temos de saber o que queremos do mundo. Não adianta fazer acordos com os Brics [grupo de países formado por Brasil, Rússia, China e África do Sul], porque eles produzem as mesmas coisas que nós. A lógica atual de ser fazer acordos no Brasil é: eles querem mercado, e nós queremos tecnologia e inovação. É esse o problema”, pontua a professora da Escola de Economia de São Paulo da FGV, coordenadora do Centro do Comércio Global e Investimento (CCGI) e titular da Cátedra OMC no Brasil, Vera Thorstensen.

Nesse horizonte de incertezas, um possível incremento do comércio exterior com a Ásia é visto com bons olhos pelo professor sênior de Agronegócio Global do Insper, Marcos Jank. “A melhor rota para o País retomar o crescimento é a Ásia, que, no curto prazo, é uma região com imenso potencial para o agronegócio brasileiro”, destaca o especialista.

“O mundo voltou a ser asiocêntrico, como foi por séculos e séculos”, afirma Jank, antes de frisar, que além da gigante China e de Singapura – país que era bem mais pobre que o Brasil após a Segunda Guerra Mundial e, hoje, é dez vezes mais rico –, o continente tem outros países crescendo acima de 6% ao ano.

“Mais para a frente, com a integração das cadeias globais de valor, podemos deixar de suprir commodities para realmente dividir o valor de uma cadeia mais integrada, como poderia estar acontecendo na cadeia de carnes, por exemplo”, propõe Jank. Em relação à socialista China, que é o principal comprador dos produtos do Brasil – os Estados Unidos estão em terceiro lugar, abaixo da União Europeia –, “a minha aposta é que, apesar da retórica pró-Estados Unidos, o Brasil continua sendo um parceiro crucial do país asiático, que continuará a ser nosso principal parceiro econômico”, diz o professor de Relações Internacionais da FGV, Oliver Stuenkel.

“Nosso grande problema hoje é que carecemos de conhecimento básico sobre a China. Em uma negociação bilateral, há assimetria de conhecimento. Os chineses tendem a saber muito bem o que acontece aqui, entendem a dinâmica política. Quando as empresas brasileiras vão à China, não falam chinês, não entendem a dinâmica”, diz Stuenkel. Mesmo assim, segundo o professor, os chineses veem a América Latina como fundamental no longo prazo. E, na região, o Brasil se destaca. “Eles acreditam que a parceria com o Brasil é essencial.”



Acesse o código QR para assistir às entrevistas desta reportagem.



A FecomercioSP, por meio de seu Conselho de Relações Internacionais, destaca medidas importantes relacionadas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e à Receita Federal para melhorar a eficiência do comércio exterior. Saiba mais acessando o código QR.

ADÃO ITURRUSGARAI
JULHO 2019



INDÚSTRIA 4.0: TRANSFORMAÇÃO IRREVERSÍVEL

ENTREVISTA JULIANA RANGEL
FOTOS CHRISTIAN PARENTE



Para assistir à entrevista na íntegra, acesse o código QR ou visite www.umbrasil.com.

ANDRÉ

EM UMA DÉCADA, 80% DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DEVEM SE ADAPTAR À INDÚSTRIA 4.0, COM AS TECNOLOGIAS DE PONTA QUE TURBINAM A PRODUTIVIDADE E A GESTÃO DOS PROCESSOS. "A INDÚSTRIA 4.0 SERÁ O WHATSAPP DO MUNDO CONSUMIDOR. NINGUÉM VAI CONSEGUIR VIVER SEM", CASO A ECONOMIA CRESÇA NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS. A PREVISÃO É DO PRESIDENTE E CEO DA SIEMENS NO BRASIL, **ANDRÉ CLARK**, QUE TAMBÉM ANALISA OS DESAFIOS QUE A NOVIDADE TRARÁ NAS ÁREAS SOCIAL, EDUCACIONAL E PROFISSIONAL.

ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE O III FÓRUM: A MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO, UMA REALIZAÇÃO UM BRASIL; FECOMERCIO-SP; COLUMBIA GLOBAL CENTERS | RIO DE JANEIRO; FUNDAÇÃO LEMANN; REVISTA VOTO; E INSTITUTO DE ESTUDOS DE POLÍTICA ECONÔMICA – CASA DAS GARÇAS.

QUAL É O CONCEITO DE INDÚSTRIA 4.0?

A Indústria 4.0 é o uso das inúmeras ferramentas que já existem, ou seja, computação em nuvem, sensores, grandes ferramentas de agregação e análise de dados para a tomada de decisão e ganho de produtividade. De um lado, o processo produtivo e, de outro, uma conexão muito importante com o seu consumidor. Exemplificando: um grande produtor de geladeiras (gôndolas de supermercado) percebe que se ele introduzir alguns sensores em suas máquinas, que estão próximas do cliente, ele passa a vender frio em vez de vender somente geladeiras. Isso muda o modelo de negócio e aproxima o empresário da realidade do seu cliente. É a Indústria 4.0 e a digitalização da nossa economia.

O BRASIL ESTÁ PREPARADO PARA ESSE SALTO?

O Brasil é absolutamente aberto à adoção de tecnologia, não à toa somos um dos maiores mercados mundiais do Uber, do Facebook e do WhatsApp. O brasileiro é um povo que, pela sua essência, adota muito rapidamente a tecnologia. O que observamos no Brasil é que existe uma enorme heterogeneida-

de. Enquanto existe um pequeno grupo de empresas que já está fazendo a Indústria 4.0 – como as automobilísticas e algumas do setor de linha branca – existem, por outro lado, aquelas que estão indo para o processo de automação, que não é Indústria 4.0. Há ainda as que enfrentam o desafio da gestão básica e da qualidade dos produtos. Algumas coisas importantes já se consolidaram em 2018 e temos boas perspectivas para 2019. Primeiro, a adoção de um conjunto de políticas públicas muito bem elaboradas, viabilizando o acesso às tecnologias desse tipo e, por consequência, à produtividade, privilegiando todos os segmentos da economia. Segundo, a perspectiva de retomada da economia traz a recomposição da capacidade produtiva. Temos uma capacidade ociosa relevante na indústria e, nesses casos, as máquinas são depreciadas por falta de uso. Quando a demanda começa a surgir, os empresários voltam a investir nessas máquinas, e vem, então, o interesse pela automação ou digitalização das linhas de produção. Essas tecnologias estão se tornando cada vez mais simples. A Indústria 4.0 será o WhatsApp do mundo consumidor. Ninguém vai



**O BRASILEIRO É UM
POVO QUE, PELA
SUA ESSÊNCIA,
ADOTA MUITO
RAPIDAMENTE A
TECNOLOGIA.**

conseguir viver sem. Acredito que, em uma década, 80% da indústria brasileira se adaptem à Indústria 4.0 se o País mantiver um ciclo economicamente favorável nos próximos três anos.

EM SINGAPURA, ESTIMA-SE QUE 25% DOS TRABALHOS EXISTENTES SERÃO ELIMINADOS PELAS NOVAS TECNOLOGIAS. ISSO FEZ COM QUE AS ESCOLAS JÁ COMEÇASSEM UM PREPARO VOLTADO ÀS HABILIDADES PESSOAIS DOS ALUNOS. COMO ESSA MÃO DE OBRA SERÁ QUALIFICADA NO BRASIL?

Esse talvez seja o maior desafio estratégico do País, que é a educação básica. A falta de preparo em algumas ciências e na educação básica limita a ascensão de uma quantidade grande de jovens a essa nova geração de tecnologia. Eles vão precisar de um pouco de cada coisa, de Matemática, de Física, etc., para prestar serviços. Costumo dizer que o hospital será um lugar para engenheiros, porque há uma quantidade enorme de máquinas e equipamentos que exigem conhecimento técnico. Isso é, singularmente, um dos maiores desafios que a sociedade brasileira irá enfrentar. A iniciativa privada é essencial no que se refere ao pensamento na qualidade da educação, e os movimentos que já existem nesse sentido nos deixam animados. Nós temos a Fundação Siemens, dentro e fora do Brasil, cujo objetivo é explicar às crianças os fenômenos da natureza e, assim, despertar nelas o interesse pelas transformações no mundo. É nesse momento que você engaja a formação de técnicos que um dia serão programadores, desenvolvedores, etc. Isso tudo somado à criatividade do nosso povo.

EM UM MOMENTO EM QUE O BRASIL ENFRENTA DIFICULDADES FISCAIS, TENDO QUE REDUZIR EXPRESSIVAMENTE OS GASTOS PÚBLICOS, UMA ALTERNATIVA SERIA O INVESTIMENTO DA INICIATIVA PRIVADA NO PREPARO DESSA MÃO DE OBRA?

Educação, na sua essência, é função do Estado. Não existe dinheiro privado suficiente para formação e educação básica em larga escala em todas as regiões nacionais. Quando me refiro à iniciativa privada, quero dizer a participação do setor privado em formação, acompanhamento e execução de algumas políticas públicas. Ao promover uma interação com a sociedade, você agrega valor à sua

empresa. Uma ação voluntária torna o ambiente de trabalho mais saudável. A participação cidadã das empresas, de forma organizada no processo de educação, é fundamental.

A SIEMENS VAI INVESTIR 1 BILHÃO DE EUROS NO BRASIL NOS PRÓXIMOS ANOS. QUAL A IMPORTÂNCIA DO PAÍS PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA?

O Brasil passa por revoluções positivas. Vivemos o fruto da política pública voltada ao agronegócio, que faz essa produção para exportar. E a industrialização desse setor ainda será bastante representativa. Outra transformação é o pré-sal, ou seja, a transição energética brasileira. Descobrimos uma quantidade de petróleo muito maior do que se esperava, associada a uma quantidade significativa de gás, e esse gás tende a chegar na costa brasileira de forma bastante competitiva. Isso muda a estrutura da matriz brasileira. Nesse aspecto,

somos ultracompetitivos. O Brasil deixa de perseguir a independência energética para ser exportador de energia. Se desenvolvermos essa matriz de forma substancial, a eletrificação da nossa economia será um passo natural. Isso muda as cidades. Temos aqui três questões. Uma é a de que o consumidor consciente quer saber de onde vem sua energia e, mais do que isso, quer produzir energia; a segunda são as mudanças climáticas que podem ser favoráveis ao Brasil; a terceira é a tecnologia, fundamental para a produção da energia descentralizada. A política energética brasileira tem o potencial de disparar outras políticas industriais e de inovação de altíssimo impacto para o desenvolvimento da economia brasileira.

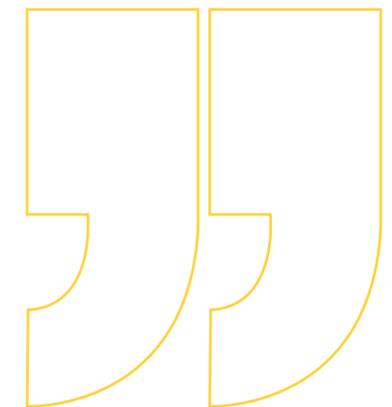
AO EXPLORARMOS O PRÉ-SAL, A MATRIZ ENERGÉTICA PODE SER ALTERADA E, COM ISSO, AUMENTAR AS EMISSÕES DE GASES? COMO PODE HAVER UM

EQUILÍBRIO ENTRE OS BENEFÍCIOS DESSA EXPLORAÇÃO E OS RISCOS DE AUMENTO DO VOLUME DE EMISSÕES?

Esse é o novo planejamento estratégico que o Estado brasileiro terá de fazer. A escolha pela exploração do pré-sal está vinculada à exportação desse óleo para nações que dependem de tal produto. A emissão de gases não está na sua exploração, mas no seu consumo. O gás é um acelerador das energias renováveis. Nos últimos dois anos, temos visto a seguinte situação nos leilões: para cada megawatt de energia de gás térmico, são leiloados entre 5 e 10 megawatts de energia eólica. Isso acontece por vários motivos. As energias eólica ou solar são produzidas somente quando há vento ou sol, não estão disponíveis quando você precisa. Ao trazermos para a base o gás, estimulamos o equilíbrio entre a energia firme [gás] e a eólica. O gás estabiliza o sistema de energia para que as [energias] renováveis possam crescer. Entre as energias firmes não renováveis, o gás é a menos poluente.

EDUCAÇÃO, NA DO ESTADO. NÃO SUFICIENTE PARA BÁSICA EM AS REGIÕES

SUA ESSÊNCIA, É FUNÇÃO EXISTE DINHEIRO PRIVADO FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO LARGA ESCALA EM TODAS NACIONAIS.



FALE UM POUCO SOBRE OS INVESTIMENTOS DA SIEMENS EM TÉRMICAS A GÁS NO BRASIL.

Esses planos estão sendo executados no Porto do Açu, no Rio de Janeiro, e nosso objetivo é criar um *gas hub*. Ele se beneficia, no curto prazo, do gás trazido por navios e, no futuro, do gás do próprio pré-sal, quando chegar. Grandes térmicas perto de grandes centros consumidores sinalizam uma tendência no Brasil. Estamos muito interessados pela infraestrutura do País, pois ela representa um mercado vasto nesta direção. Por isso, o investimento de 1 bilhão de euros nos próximos cinco anos.

SOB A ÓTICA DE COMPLIANCE, QUAIS MUDANÇAS FORAM IMPLEMENTADAS NA SIEMENS E COMO AS EMPRESAS, NO GERAL, DEVEM SE RELACIONAR COM O GOVERNO?

Uma empresa como a Siemens, que constrói infraestrutura, tem como lema a engenhosidade para a vida. Está no nosso DNA a transparência com entes do governo, com o mercado e assim por diante. É algo que reforçamos todo dia. Temos um papel muito próximo do papel do Estado e, por isso, é importante estarmos preparados para todos os tipos de corrupção, pois sabemos que eles existem. Talvez o Brasil seja, hoje, um dos núcleos mais importantes de combate à corrupção no mundo. Acreditamos que muitas lições aprendidas aqui podem acelerar nosso crescimento. Precisamos aumentar cada vez mais o diálogo entre empresa e Estado. Para isso, estamos trabalhando com associações, construindo códigos de integridade, que descrevem a forma de comunicação entre o setor privado e o público.

VOCÊ É UM GRANDE ENTUSIASTA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM CARGOS DE LIDERANÇA. COMO TEM SIDO ESSA TRANSFORMAÇÃO NA SIEMENS?

Falando sob o aspecto emocional, vivemos na quinta região mais violenta para a mulher no mundo. Se nós não fizermos nada a respeito, quem fará? Como CEO, nossa grande disputa é o talento humano. Não podemos olhar somente para 50% da população e subvalorizar os outros 50%. Mais importante que isso, quando abrimos a discussão e vemos que a liderança feminina ocupa apenas 18,9% do mercado brasileiro, e não 50%, vem a pergunta: por que as carreiras de homens e mulheres não estão decolan-

do na mesma velocidade?. Ao abrir esse tema, abrimos a empresa para o diálogo. Economicamente, um país que não alavanca o sucesso do seu público feminino, ao envelhecer, perde a oportunidade de ser um país mais rico.



CACO GALHARDO
OUTUBRO 2019

Relações internacionais

@GALHARDO



PARA ASSISTIR A OUTRAS ENTREVISTAS PRODUZIDAS PELO CANAL UM BRASIL, ACESSE OS CÓDIGOS QR LISTADOS A SEGUIR.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS
E PRESERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE DEBATIDAS
POR JOÃO PAULO CAPOBIANCO
E SERGIO LEITÃO



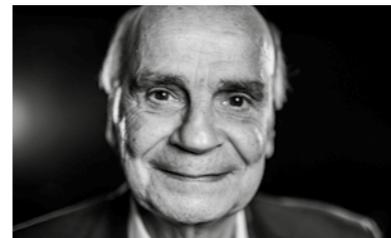
LEANDRO KARNAL ANALISA
O LIMITE DA LIBERDADE
DE EXPRESSÃO



O PODER DO DINHEIRO NAS
CAMPANHAS ELEITORAIS NA
VISÃO DE LARA MESQUITA



"O SUS FEZ A MAIOR DISTRIBUIÇÃO
DE RENDA JÁ EXISTENTE NO PAÍS",
AFIRMA DRAUZIO VARELLA



LUÍS ROBERTO BARROSO
FALA SOBRE FINANCIAMENTO
ELEITORAL SOB A ÓPTICA
DA DEMOCRACIA



"BRASIL RESOLVERIA PROBLEMA
DA POBREZA COM 'MAIS
CAPITALISMO'",
DIZ YARON BROOK



FHC, RUBENS RICUPERO E
PERSIO ARIDA DEBATEM A
ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA



ADÃO ITURRUSGARAI
FEVEREIRO 2019



CAMINHOS VIÁVEIS PARA O PAÍS

Há cinco anos, o Brasil experimentava uma acirrada eleição presidencial. Sob os efeitos das manifestações de 2013, o País se polarizava ao debater os rumos político-econômicos que deveria adotar. Naquele momento era lançada a plataforma UM BRASIL, comprometida com a discussão propositiva e apartidária. Iniciativa da FecomercioSP, consolidou-se como um *hub* de conteúdo que aposta no diálogo para a construção do ideal de nação que almejamos e indaga o que cada um faz para que isso aconteça.

Passados cinco anos, nosso acervo já soma mais de 300 debates e entrevistas que abordam questões essenciais da agenda brasileira. Em tempos de incerteza e rupturas, voltamos nosso olhar para os dilemas acerca da democracia, da identidade nacional, dos desafios para um crescimento sustentado, da necessidade de reformas para melhora do ambiente de negócios, entre outros assuntos de igual relevância. Não fizemos esse trabalho sozinhos. Encontramos nes-

se trajeto empresas, instituições do terceiro setor, universidades, veículos de comunicação e profissionais de diversas áreas dispostos a contribuir para a qualidade do debate público. A todos esses parceiros, deixamos aqui o nosso agradecimento.

Ao longo de 2019, nossa pauta jogou luz a alternativas para recuperação econômica do País. Em nosso acervo digital e nas páginas desta publicação, estão opiniões de especialistas sobre os ajustes para modernizar o Estado e equilibrar suas finanças; a batalha para desburocratizar o sistema tributário e os caminhos para uma ampla abertura comercial.

Em seu quinto ano de existência, o UM BRASIL se firma como uma ambiciosa iniciativa posicionando-se como motivadora do diálogo social. E prossegue com a certeza de que a sociedade deve propor caminhos em direção ao sonho de um Brasil mais justo.

B823 Um Brasil #8: análises e soluções para modernizar o País/
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de
São Paulo. – São Paulo: Fecomercio, 2019.

120 p.: il.: color.
Vários autores.

ISBN 978-85-92880-02-6

1. Brasil 2. Economia 3. Comércio 4. Sociedade
5. Administração Pública 6. Desburocratização 7. Tecnologia
8. Política 9. Personalidades – Entrevistas.

I. Iturrusgarai, Adão II. Galhardo, Caco III. Galvão, Jean IV. Título

CDD 330.0981
CDU 316.3:339(81)

FECOMERCIOSP

PRESIDENTE – FECOMERCIO-SP
Abram Szajman

SUPERINTENDENTE – FECOMERCIO-SP
Antonio Carlos Borges

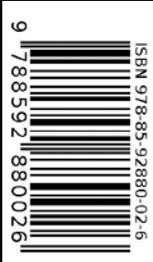
PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO

TUTU

AGRADECIMENTOS

Banco Mundial, Brazilian
Student Association (BRASA),
Centro de Política e Economia
do Setor Público | Cepesp da
FGV, Columbia Global Centers
| Rio de Janeiro – Universidade
Columbia; Ethanol Summit,
Fundação Brava, Fundação
Lemann, *InfoMoney*, Instituto de
Estudos de Política Econômica
– Casa das Garças, Raps, revista
Voto e XP Investimentos.

ADÃO ITURRUSGARAI
ALBERTO BENNET
ANDRÉ CLARK
ANDRÉ SACCONATO
ANA CAROLINA MONGUILOD
ANTONIO LANZANA
BERNARD APPY
BERNARDO PIQUET
CACO GALHARDO
CARLOS DA COSTA
EDMAR BACHA
EDUARDO PASTORE
EVERARDO MACIEL
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
GUSTAVO FRANCO
GUILHERME CASARÕES
GUILHERME LEAL
HENRIQUE MEIRELLES
JEAN GALVÃO
JOÃO MIRANDA
JOSÉ SCHEINKMAN
MAÍLSON DA NÓBREGA
MARCOS JANK
MARCOS TROYJO
OLIVER STUENKEL
OTAVIANO CANUTO
PAULO RABELLO DE CASTRO
PEDRO MALAN
PERSIO ARIDA
RANDALL HOLCOMBE
RITA RAMALHO
RUBENS RICUPERO
VERA THORSTENSEN
ZEINA LATIF



UMA INICIATIVA

FECOMERCIO SP

WWW.UMBRASIL.COM

    @canalumbrasil